

DESAFIOS À SUSTENTABILIDADE DAS OSCs E À DEMOCRACIA NO BRASIL:

Panorama das fontes de apoio às OSCs e desafios à sustentabilidade

Estudo sobre a situação da
sustentabilidade das OSCs no Brasil

Domingos Armani
Moema Hofstaetter
Tânia Crespo

REALIZAÇÃO:



APOIO:



AUTORIA:





DESAFIOS À SUSTENTABILIDADE DAS OSCs E À DEMOCRACIA NO BRASIL: Panorama das fontes de apoio às OSCs e desafios à sua sustentabilidade

Estudo sobre a situação da
sustentabilidade das OSCs no Brasil

Apoio: ELO/PPM

**Domingos Armani
Moema Hofstetter
Tânia Crespo**

Diagramação: Cleto Campos

Março 2025



SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	05
PARTE I	
SITUAÇÃO GERAL DA SUSTENTABILIDADE DAS OSCs NO CONTEXTO BRASILEIRO	12
Abordagem de sustentabilidade institucional adotada	13
Marcos gerais da sustentabilidade das OSCs no Brasil	15
PARTE II	
CARACTERÍSTICAS, TENDÊNCIAS E DESAFIOS DOS DOADORES	18
1. Recursos públicos governamentais	19
1.1 MROSC: marco do financiamento público	19
1.2 Dados e desafios para a agenda futura	22
1.3 Novas regras e procedimentos	25
1.4 Desafios para a administração pública e para as OSCs	26
2. Cooperação internacional ao desenvolvimento	27
2.1 Breve recuperação histórica e contribuição da CID no Brasil	27
2.2 Tendência de redução da ajuda	28
2.3 Os limites do foco técnico em resultados 30	
2.4 O choque atual na CID	31
2.5 O foco nas mudanças climáticas e na Amazônia	32
2.6 Decolonialidade e despolitização das relações de cooperação	33
2.7 Crise da CID, crise das INGOs e policrise	35
2.8 Tendências e desafios	35
2.9 Desafios para CID e as OSCs	37
3. ISP e a filantropia brasileira	38
3.1 Perspectiva histórica	38
3.2 Características gerais do setor	39



3.3 Desafios e limites	41
3.4 Potencial e oportunidades	42
3.5 Desafios para as OSCs	43
4. Fundos independentes	44
4.1 Tendências atuais: avanços e retrocessos	45
4.2 Dificuldades e desafios evidenciados	47
4.3 Desafios para OSCs menores	48
4.4 Desafios dos fundos independentes	48
4.5 Em síntese	50
5. Negócios e investimentos de impacto	51
5.1 Características gerais do setor	52
5.2 Dados relevantes	53
5.3 Mecanismos típicos de atuação	54
5.4 Avanços e potencialidades	55
5.5 Desafios e lacunas	55
5.6 Desafios para as OSCs	56
PARTE III	
CONSIDERAÇÕES FINAIS E	
RECOMENDAÇÕES	57
6. Considerações finais	58
7. Recomendações	60
7.1 Recomendações às OSCs	60
7.2 Recomendações às organizações da CID	61
7.3 Recomendações ao governo/MROSC	62
7.4 Recomendações às organizações filantrópicas/ISP	63
7.5 Recomendações aos fundos independentes	63
PARTE IV	64
ANEXOS	64
Pessoas entrevistadas	64
Referências Consultadas	65



SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente estudo buscou sistematizar informações, análises e depoimentos acerca da sustentabilidade institucional das OSCs no Brasil.

É importante salientar que a **sustentabilidade institucional de uma organização não depende exclusivamente da mobilização de recursos financeiros**. Há uma série de fatores de desenvolvimento e gestão que podem favorecer ou limitar a mobilização de recursos e a sustentabilidade financeira. Por isso, este estudo foi orientado por uma abordagem situacional e multidimensional da sustentabilidade das OSCs. Para esta visão, a sustentabilidade financeira deriva da sustentabilidade institucional. A sustentabilidade de uma OSC é fruto do desenvolvimento permanente de seu posicionamento político e de suas capacidades, mas também das disputas de valores e de visões de mundo na esfera pública, nacional e internacional.

O **atual cenário nacional** é marcado por ameaças à democracia e ao espaço cívico, agravadas pela polarização ideológica. Forças de direita e extrema direita promovem desinformação e tentam criminalizar movimentos sociais e OSCs, restringindo suas atuações, especialmente em comunidades periféricas. Valores como direitos, diversidade e equidade estão sob ataque, fragilizando a cultura política do país e ameaçando a sustentabilidade do campo OSC.

Em paralelo, o **contexto sociopolítico internacional** também se tornou mais adverso e incerto. O fortalecimento da direita na Europa e nos Estados Unidos impactou a Cooperação Internacional ao Desenvolvimento (CID), reduzindo orçamentos e bloqueando apoio a temas como direitos humanos, clima e gênero. Guerras, crises migratórias e aumento da pobreza também afetaram a cooperação. No Brasil, essas mudanças têm resultado em enorme pressão sobre as OSCs, com a redução de financiamento internacional e aumento de exigências administrativas.

O cenário de curto e médio prazo se apresenta adverso e incerto. A tendência é



de continuada redução dos recursos da cooperação internacional ao desenvolvimento e aumento da concorrência por recursos. No contexto nacional, o investimento público via MROSC continua sendo um fator relevante, enquanto parte da filantropia começa a se abrir para o fortalecimento institucional e a maior interação com grupos e comunidades periféricas. No entanto, a consolidação da direita no espectro político nacional e na esfera pública adiciona um elemento de incerteza constante, impactando diretamente a sustentabilidade do campo OSC.

O grande marco positivo, do ponto de vista do financiamento público, foi a aprovação da **Lei 13.019/2014 do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)** e sua posterior regulamentação federal, estadual e municipal. O MROSC mudou totalmente as condições do financiamento público às OSCs, democratizando e normatizando o acesso e utilização dos recursos.

No entanto, de acordo com o Relatório de Avaliação da CGU (novembro/2024), apenas 2,7% do total de OSCs no país acessam recursos federais para financiar suas atividades. No período 2016 a 2022 foram realizadas 3.890 parcerias, com um total de R\$ 2.829.025.556,29. Do total das parcerias MROSC assinadas até hoje, 81,64% foram mediante emendas parlamentares, o que traz o risco de favorecimento, clientelismo e influência política.

Alguns dos desafios encontrados na implementação do MROSC são: i) a dificuldade de adaptação das entidades públicas, com resistência à mudança em alguns setores da administração pública; ii) a burocracia excessiva e a falta de capacitação dos órgãos públicos; iii) a lenta adaptação das organizações da sociedade civil a essa nova forma de gestão, às novas exigências legais; iv) a falta de capacitação às OSCs, especialmente as menores, com menor estrutura, que enfrentam dificuldades para se adaptar às novas exigências legais; v) as dificuldades financeiras de algumas OSCs para cumprir com as exigências de contrapartida financeira ou mesmo para garantir a sustentabilidade de seus projetos no longo prazo; e vi) as dificuldades operacionais na prestação de contas dos recursos recebidos.

Desde o processo de redemocratização, nos anos 1970/80, **organismos e agências de cooperação internacional ao desenvolvimento (CID)** têm jogado um papel significativo no apoio e fortalecimento da sociedade civil organizada no Brasil.

É importante observar que o Brasil já foi considerado um país prioritário na cooperação internacional, verdadeiro laboratório de inovações sociais. Mas isto foi nos anos



1980/1990. Nos últimos 15-20 anos, entretanto, a CID passou por muitas mudanças, inclusive em relação ao Brasil. A principal mudança é a elevação do patamar do desenvolvimento econômico e seus efeitos – o Brasil é atualmente classificado como um país de renda média alta, estando entre as 10 maiores economias do mundo (dados do FMI, 2024). Esta evolução em termos econômicos teve como efeito negativo uma tendência de redução da ajuda oficial ao desenvolvimento.

Nos últimos anos tem havido redução de orçamentos direcionados ao Brasil por algumas organizações não governamentais importantes para o campo social brasileiro. Várias organizações têm redefinido suas prioridades, estratégias e/ou formas de atuação. Diferentemente dos anos 1980/1990, a maior parte delas tende a ser bem mais exigente e mais seletiva na seleção de parceiros.

Outra mudança na cooperação internacional que afeta diretamente as OSCs no Sul Global é que, desde meados dos anos 1990, vários fóruns globais de alto nível vêm discutindo condições para a maior eficácia e eficiência da ajuda ao desenvolvimento, tendo por base a chamada “gestão centrada em resultados”. Isto significou que, nos últimos 20 anos, as sociedades civis do Sul Global têm sido submetidas a abordagens e parâmetros de “profissionalização” de sua ação e gestão, isto é, de valorização de tecnicidades (foco no instrumental) em detrimento de abordagens sistêmicas e processuais de desenvolvimento (foco no substancial).

Dimensionar resultados e impactos é do interesse geral em se tratando de ações sociais com intenção de transformar realidades de forma relevante, mas isso é bastante complexo e não deveria ser sinônimo de abordagens top-down, mecanicistas, tecnicistas, aplicadas sem adequada contextualização e sem a efetiva participação das organizações do território. Alguma forma de protocolo, requerimento e exigências administrativas, financeiras e contábeis sempre serão parte das relações de cooperação e apoio. O problema é que se constata uma escalada de exigências por parte das organizações internacionais, sobretudo fruto de sua crescente dependência de recursos públicos governamentais, em um contexto de avanço da representação parlamentar de forças de direita na Europa. Da forma como muitas INGOs colocam suas exigências, elas são facilmente associadas com falta de confiança no parceiro.

Mais recentemente, verificam-se inéditos movimentos negativos em relação à cooperação internacional oficial no Hemisfério Norte, com efeitos perversos na cooperação não governamental: a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em novembro de



2024, com o congelamento por 90 dias das atividades da USAID, demissões e ameaça de fechamento e/ou redução da agência expressa um perigo bastante real de isto vir a afetar a contribuição das empresas e fundações americanas na América Latina. Os cortes recentemente anunciados nos orçamentos de ajuda internacional ao desenvolvimento em países como Alemanha, Holanda, Suíça, Bélgica e Reino Unido afetam de forma importante os orçamentos de Ongs desses países que apoiam OSCs no Sul Global.

Uma tendência perceptível na cooperação internacional ao desenvolvimento com o Brasil é o foco na Amazônia em conexão com as mudanças climáticas. Sem desvalorizar a reconhecida importância de algumas organizações da CID para associar o enfrentamento às mudanças climáticas com a justiça social, é importante ter em mente que os interesses comerciais e estratégicos dos países do Hemisfério Norte, sobretudo nas áreas de mineração, produtos agrícolas e energia, seguirão presentes e pressionando a agenda climática e do desenvolvimento.

Uma realidade perceptível já há duas décadas, tem a ver com a despolitização das relações de cooperação internacional com o campo não governamental no Sul Global. Predomina na percepção internacional sobre o Brasil, a imagem de um país de renda média alta, com governos progressistas, políticas públicas que promovem participação e direitos, significativa redução da pobreza, e um sistema político razoavelmente sólido. O que esta imagem genérica não revela são as enormes desigualdades ainda persistentes e a exclusão que segue marcando o desenvolvimento brasileiro, seja nos centros urbanos, seja no interior ou na Amazônia. No Brasil, a democracia realmente existente protege e favorece um sistema social e econômico iníquo e, mesmo assim, essa limitada democracia encontra-se sob ameaça, como reação conservadora aos avanços possíveis nos últimos 20 anos.

Sob o lema da decolonialidade e da localização, algumas organizações da CID, mas não muitas, têm começado a discutir novas formas de apoio às OSCs do Sul Global, de forma a desconcentrar poder e aproximar os recursos e as decisões dos territórios e comunidades nos diversos países.

As principais tendências da CID são: i) período marcado por grande incerteza e turbulências; ii) redução generalizada da ajuda oficial ao desenvolvimento; iii) redução dos orçamentos das organizações não governamentais de ajuda internacional; iv) cortes de pessoal e redução de custos nas organizações governamentais de ajuda internacional; v) inovação na busca de recursos alternativos por parte das organizações de CID em seus



próprios países; vi) forte redução do apoio a temas como gênero, imigração e direitos humanos, e mesmo clima, em vários países do Hemisfério Norte; vii) foco privilegiado de apoio para agenda climática, nos países e organizações onde isso ainda for possível, com destaque para a região Amazônica; viii) maior relevância de apoio de filantropos e de instituições familiares; xix) aumento ainda maior das exigências e controles administrativos e financeiros por parte das organizações de ajuda ao desenvolvimento; e x) crises internas em muitas dessas organizações devido a visões conflitantes sobre como enfrentar a crise - pelo aprofundamento do modelo atual com suas implicações, ou pela descolonização das relações e decisões.

O **setor de filantropia no Brasil** caracteriza-se por uma diversidade de organizações, incluindo institutos, fundações, organizações não governamentais e associações que focam em diversas áreas e possuem diversas formas de financiamento e governança. Conforme o Censo GIFE 2022-2023 (Grupo de Institutos Fundações e Empresas) o investimento dos institutos e fundações empresariais ou familiares das associadas em 2022 foi de R\$ 4,8 bilhões. O ISP e a filantropia brasileira têm o potencial de desempenhar um papel estratégico no fortalecimento das OSCs e na promoção de mudanças sociais.

No entanto, este campo apresenta grandes desafios a serem enfrentados na busca por transformações estruturais, inclusivas e significativas. Um dos limites mais relevantes é o financiamento, que, em sua maioria, é inflexível e restritivo, dificultando a adaptação das organizações às necessidades dos contextos sociais em que operam, o que perpetua relações de poder desiguais entre financiadores e beneficiários. A cultura de doação ainda é incipiente, predominando a desconfiança, a aversão ao risco e a preocupação com ameaças à reputação por parte das empresas, seus institutos e fundações. Isso leva ao apoio a projetos pontuais, com efeitos limitados, reduzindo o acompanhamento a iniciativas focadas na transformação profunda da realidade social e socioambiental.

Somado a este limite, existe também uma tendência do setor em executar programas próprios ou contratando organizações para a realização de suas iniciativas, em detrimento ao financiamento às iniciativas das OSCs. A filantropia brasileira ainda se encontra concentrada na região Sudeste do país. A falta de diversidade nos conselhos deliberativos das organizações da filantropia é outro obstáculo para uma visão mais integral dos problemas e suas possíveis soluções. Outro fator que compromete a sustentabilidade de OSCs diz respeito a uma cultura filantrópica que privilegia abordagens pragmáticas e gerenciais, negligencia dimensões sociais e políticas relevantes, não fortalece os atores sociais como sujeitos transformadores e limita o potencial das iniciativas.



A filantropia no Brasil se encontra atualmente diante de um cenário que oferece uma multiplicidade de possibilidades para a promoção de mudanças sociais profundas. Isso pode ser alcançado por meio da incorporação de práticas inovadoras e inclusivas, que impactem positivamente tanto as organizações da sociedade civil quanto as comunidades onde elas atuam. Além disso, novas abordagens podem surgir no processo de implementação, transformando-se em avanços concretos. Existe a oportunidade de combinar financiamento flexível com apoio focado em desenvolvimento institucional sistêmico, criando alternativas aos modelos tradicionais de financiamento. Reconhecer a contribuição das organizações de base comunitária e territorial na promoção de mudanças sociais, bem como no atendimento às comunidades marginalizadas, é fundamental na promoção da justiça socioambiental.

Os **fundos independentes**, expressões da filantropia comunitária, representam uma alternativa crescente e estratégica para a sustentabilidade financeira das Organizações da Sociedade Civil e Movimentos Sociais, assim como para associações, cooperativas e pequenos grupos que se organizam em torno de uma causa. A Rede Comuá, criada em 2012, reúne atualmente 18 organizações doadoras de caráter independente, como fundos temáticos, comunitários e fundações comunitárias.

Uma das grandes virtudes dos fundos independentes é que eles oferecem maior liberdade e flexibilidade para as OSCs utilizarem os recursos de maneira mais estratégica e menos burocrática. Outra característica dos fundos é a possibilidade de fortalecimento institucional, apoiando as necessidades das organizações e movimento em seu desenvolvimento institucional. No entanto, os fundos independentes ainda dependem muito da CID, o que expressa fragilidade relativa de sua sustentabilidade e riscos para o futuro.

É evidente a emergência no Brasil nos últimos anos de um **campo de organizações do assim chamado setor de negócios de impacto social e ambiental**. Este novo campo de iniciativas vem se consolidando como um novo subsetor ou ecossistema de atuação, oportunizando novas possibilidades de atuação para empresas e OSCs, mas também representando um potencial competidor de recursos com elas. Esses negócios estão inseridos em um campo que envolve incubadoras, aceleradoras, investidores e fundações, os quais oferecem suporte na busca e aplicação de soluções para os problemas que eles enfrentam.

Os negócios e investimentos de impacto têm o potencial de oferecer oportunidades para a diversificação das fontes de financiamento e parceria com as OSCs. No entanto, é necessário equilibrar as demandas do mercado por retornos e o conhecimento profundo



sobre as necessidades reais das comunidades onde as iniciativas se desenvolvem.

Como **conclusão geral**, pode-se afirmar que as evidências sistematizadas por este estudo indicam que a sustentabilidade das OSCs brasileiras não só não vai bem, como têm se deteriorado e tem sérios riscos no curto e médio prazo. Vários fatores que influenciam direta e/ou indiretamente as condições sociopolíticas, gerenciais e financeiras da sustentabilidade do campo OSC no Brasil vêm dando sinais de retrocesso, gerando contextos adversos e incertos.

Tudo indica que a tendência mais realista em relação às principais fontes de apoio às OSCs é de retração em alguns casos (CID), grande risco de redução em alguns setores (fundos comunitários) e estabilidade em outros (MROSC, filantropia/ISP), em um contexto geral de enorme instabilidade e incerteza.

O contexto internacional sinaliza para o fortalecimento das forças de direita e de extrema direita pelo mundo, de parlamentos dominados pelos conservadores, de governos que rompem abertamente com os limites democráticos mais básicos, e de uma cultura política e popular que se afasta perigosamente dos valores que regem uma sociedade democrática, solidária e justa.

O contexto político nacional tampouco inspira esperanças. A deterioração do pacto social instaurado pela Constituição de 1988, a força social e parlamentar de grupos e partidos conservadores, de direita e mesmo de extrema direita, os sérios limites do atual governo federal em transformar políticas públicas em apoio social e as enormes dificuldades da esquerda em oferecer um imaginário mobilizador no atual contexto, emitem sinais de alerta potentes acerca dos riscos de retrocessos políticos no curto e médio prazo.

Os tempos vindouros exigirão muito mais das OSCs. Eles exigirão politização das relações e dos padrões de apoio e ajuda herdados historicamente. Tratar-se-á de resiliência, certamente, mas não só; será necessário revisão de paradigmas arraigados, a superação da cultura política de acomodação, dependência e vitimismo, e um renovado (pro)ativismo, em mobilização social e no fortalecimento das organizações e de suas redes.

Movimentos sociais, partidos de esquerda e Ongs necessitam re-encantar a sociedade, a partir de um ideário e de um imaginário capaz de mobilizar corações e mentes em prol de uma esperança renovada.

Disso depende, no fundo, a sustentabilidade do campo OSC no Brasil.



PARTE I

SITUAÇÃO GERAL DA
SUSTENTABILIDADE
DAS OSCs NO CONTEXTO
BRASILEIRO



Abordagem de sustentabilidade institucional adotada

Por motivos bem compreensíveis, a problemática da sustentabilidade das OSCs é comumente associada à sua dimensão estritamente financeira. E há boas razões para isso: a principal é que uma organização precisa da oferta regular de recursos financeiros para operar e sobreviver. Outra razão é que sua evolução e aprimoramento, condições chave para a maior efetividade, ficam bastante limitados sem o acesso a volumes significativos de recursos financeiros.

Por outro lado, é importante salientar que a sustentabilidade institucional de uma organização não depende exclusivamente da mobilização de recursos financeiros. Há uma série de fatores de desenvolvimento e gestão que podem favorecer ou limitar a mobilização de recursos e a sustentabilidade financeira. Talvez o mais óbvio seja a reputação institucional. Não há como almejar maior sustentabilidade financeira sem uma percepção pública positiva acerca da idoneidade e da capacidade de realizar de uma organização. Outro fator não financeiro decisivo é a capacidade de gestão administrativa, financeira e contábil. E assim por diante.

Por isso, este estudo foi orientado por uma abordagem situacional e multidimensional da sustentabilidade das OSCs. Para esta visão, a sustentabilidade financeira deriva da sustentabilidade institucional.

A sustentabilidade institucional de uma organização social é aqui compreendida de forma integral e sistêmica, recobrando todas as dimensões de sua dinâmica vital, relevantes para a existência, o bom trabalho e a perenidade da organização.

Esta abordagem situacional da sustentabilidade institucional explora analiticamente a inter-relação entre tendências do contexto nacional e internacional, as características do desenvolvimento institucional das OSCs e suas condições de sustentabilidade.

A sustentabilidade de uma organização é a capacidade de sustentar de forma duradoura o valor social de seu projeto político-institucional, a partir da interação criativa com contextos mutáveis (ARMANI, 2001).

Aqui a sustentabilidade não é decorrente simplesmente do volume de recursos financeiros mobilizados. Ela é expressão da apreciação pública positiva (valor social) do seu propósito, visão, missão e contribuição para mudanças (projeto político-institucional). Isto é muito importante para uma abordagem situacional da sustentabilidade –, a



sustentabilidade institucional de uma OSC é a situação resultante da maior ou menor sinergia entre as capacidades, competências e escolhas organizacionais e as tendências relevantes do contexto.

Sustentadas por uma cultura organizacional ancorada em valores sólidos, as OSCs terão mais facilidade em lidar com situações adversas a que são confrontadas no cotidiano e poderão antecipar situações e desafios que se colocam para um futuro próximo.

A notícia ruim é que, por mais que uma organização cultive e pratique uma cultura organizacional consistente, dinâmica e atualizada, isso não basta para que assegure a sua sustentabilidade, uma vez que esta depende também de condições fora de sua governabilidade. Mas, a notícia boa é que o fortalecimento de suas capacidades e competências, como destacado anteriormente, pode contribuir para o melhor proveito das situações e oportunidades do contexto.

E aqui, a virada de chave: a luta por maior sustentabilidade institucional de organizações defensoras de direitos evolui de par em par com as disputas por direitos na sociedade. O êxito na mobilização de recursos e na sustentabilidade são também forças propulsoras da luta por direitos, corações e mentes na sociedade. Não existe campo OSC forte e sustentável sem que os valores fundantes do campo - equidade, justiça, solidariedade, diversidade, direitos, democracia, etc., - sejam significativamente sustentados pela adesão da maior parte da sociedade e do sistema político e de justiça.

Em síntese, a sustentabilidade institucional engloba:

- **Dimensão sociopolítica:** diz respeito às variáveis sociopolíticas, externas e internas, que podem favorecer ou não a força, o reconhecimento, a valorização pública/credibilidade e o apoio ao campo das OSCs (questões de legislação, de postura de governos, de grande mídia, percepção pública sobre as OSCs, mecanismos de governança e transparência, políticas de integridade, tipos de causas e enfrentamentos, disputas de narrativas sobre valores e visões de mundo, etc.). Aqui se presta atenção a todas as variáveis de caráter político que podem afetar positiva ou negativamente a legitimidade, a reputação e o valor social de uma organização.
- **Dimensão técnico-gerencial:** refere às condições e capacidades técnicas (perfil da equipe, competências técnicas, abordagem metodológica, capacidade de inovação, etc.), e capacidades gerenciais (sistema de gestão, gestão



estratégica, tipo de liderança, sistema de PM&A e capacidade de demonstrar resultados, etc.). Aqui ganham peso as variáveis relativas às capacidades técnicas – saber fazer – e gerenciais – saber coordenar o fazer. Equipes mais competentes em uma organização bem gerida tendem a alcançar resultados mais significativos, o que favorece a atração e fidelização de apoiadores.

- **Dimensão financeira:** recobre, por um lado, às características e tendências das principais fontes de apoio financeiro ao campo (governo, ISP (Investimento Social Privado), Filantropia, CID (cooperação internacional ao desenvolvimento), fundos independentes, iniciativas próprias, etc.) e seus efeitos sobre a perenidade e força do campo das OSCs; e, por outro, a fatores internos às organizações (estratégias de mobilização, perfil e diversidade de apoiadores, grau de dependência, sistemas e procedimentos de gestão administrativa e financeira, etc.). Uma boa estratégia de mobilização e captação de recursos, associada a adequados sistemas de gestão administrativa e financeira favorecem em muito a sustentabilidade.

Em suma, para esta abordagem, a sustentabilidade de uma OSC é fruto do desenvolvimento permanente de seu posicionamento político e de suas capacidades, mas também das disputas de valores e de visões de mundo na esfera pública, nacional e internacional.

Marcos gerais da sustentabilidade das OSCs no Brasil

Para compreender as atuais condições de sustentabilidade do campo OSC no Brasil, é fundamental situá-las no contexto sociopolítico recente do país. Conforme afirmado na seção anterior, a sustentabilidade institucional das OSCs é um fenômeno situacional, tornando essencial considerar os principais fatores que afetam esse campo como um todo.

A sociedade civil brasileira sempre desempenhou um papel proativo e relevante na ampliação dos limites da democracia. Historicamente, tem denunciado as desigualdades estruturais do país, o modelo de desenvolvimento excludente e defendido os direitos de grupos marginalizados, incluindo povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais e periféricas.

Desde as mobilizações pré-Assembleia Nacional Constituinte (1986-1987), organizações e movimentos sociais comprometidos com a perspectiva de direitos demonstraram capacidade de mobilização e influência política. Esse protagonismo permitiu avanços sig-



nificativos no Brasil ao longo das últimas quatro décadas, favorecidos por fatores como um ambiente político nacional favorável, a expansão de direitos após a redemocratização, o fortalecimento dos movimentos sociais e a constituição de redes de apoio, incluindo organizações intermediárias, juntamente com o apoio de instituições internacionais de cooperação.

Entre o final dos anos 1970 e meados dos anos 2010, a sociedade civil viveu um ciclo virtuoso, consolidando conquistas em direitos, democracia e debate público. Esse período culminou na eleição de governos progressistas, que promoveram políticas afirmativas, retiraram milhões da pobreza e criaram novos ministérios voltados às questões sociais. O Brasil se tornou referência internacional na combinação entre crescimento econômico com inclusão e democratização.

No entanto, as restrições econômicas e políticas, tanto nacionais quanto internacionais, e a própria dinâmica do pacto político Lulista, geraram limites importantes e desafios. O contexto ainda apresentava dificuldades, sobretudo para grupos cujos territórios eram ameaçados por grandes interesses econômicos e pelo agronegócio.

As décadas de 1980 a 2000 foram marcadas por significativo apoio internacional ao desenvolvimento, fortalecendo OSCs brasileiras como agentes políticos relevantes. Esse suporte representou um importante fator externo de sustentabilidade institucional, ainda que limitado e desigual.

Entretanto, nos últimos 10 a 15 anos, o Brasil passou por profundas transformações, as quais resultaram no rompimento do pacto social estabelecido pela Constituição de 1988. Movimentos como as Jornadas de Junho de 2013, a Operação Lava Jato (2014), o impeachment de Dilma Rousseff (2015/2016), a prisão de Lula, a eleição de Bolsonaro (2019-2022) e de governadores e prefeitos bolsonaristas, culminaram na emergência de um novo ciclo político. Os principais vetores deste ciclo parecem ser a crise da esquerda, a consolidação da nova direita no país, a tomada das instituições democráticas por lideranças conservadoras e de direita, a força política da base evangélica pentecostal e neopentecostal, a polarização política e a relevância da disputa de narrativas no universo digital, tudo isto em um contexto internacional cada vez mais avesso à democracia, à solidariedade e à justiça.

O atual cenário é marcado por ameaças à democracia e ao espaço cívico, agravadas pela polarização ideológica. Forças de direita e extrema direita promovem desinformação



e tentam criminalizar movimentos sociais e OSCs, disseminam visões fundamentalistas de mundo e sociedade, restringindo os espaços de atuação das OSCs, especialmente em comunidades periféricas. Valores como direitos, diversidade e equidade estão sob ataque, fragilizando a cultura política democrática do país e ameaçando a sustentabilidade do campo OSC.

Em paralelo, o contexto sociopolítico internacional também se tornou mais adverso e incerto. O fortalecimento da direita na Europa e nos Estados Unidos impactou a Cooperação Internacional ao Desenvolvimento (CID), reduzindo orçamentos e bloqueando apoio a temas como direitos humanos, clima e gênero. Guerras, crises migratórias e aumento da pobreza também afetaram a cooperação. No Brasil, essas mudanças têm resultado em enorme pressão sobre as OSCs, com a redução de financiamento internacional e aumento de exigências administrativas.

A ascensão de forças conservadoras nos parlamentos e governos estaduais e municipais no país têm dificultado o avanço, quando não, provocado o retrocesso de pautas progressistas, resultando na perda de espaço para a perspectiva de direitos. A tentativa de golpe em 2022/2023, cuja trama veio à luz pelas investigações do final de 2024, evidenciou sérias ameaças à democracia, tornando ainda mais desafiadora a sustentabilidade das OSCs.

O cenário de curto e médio prazo se apresenta adverso e incerto. A tendência é de continuada redução dos recursos da cooperação internacional ao desenvolvimento, aumento da concorrência por recursos e elevação ainda maior das exigências administrativas e financeiras. No contexto nacional, o investimento público via MROSC continua sendo um fator relevante, pelo menos até 2026 (eleições nacionais), enquanto parte da filantropia começa a se abrir para o fortalecimento institucional e a maior interação com grupos e comunidades periféricas. No entanto, a consolidação da direita no espectro político nacional e na esfera pública adiciona um elemento de incerteza constante, impactando diretamente a sustentabilidade do campo OSC.



PARTE II

CARACTERÍSTICAS, TENDÊNCIAS E DESAFIOS DOS DOADORES



1. Recursos públicos governamentais

1.1 MROSC: marco do financiamento público

O grande marco positivo, do ponto de vista do financiamento público, foi a aprovação da Lei 13.019/2014 do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e sua posterior regulamentação federal, estadual e municipal. O MROSC mudou totalmente as condições do financiamento público às OSCs, democratizando e normatizando o acesso e utilização dos recursos.

O MROSC sintetiza reivindicações e articulações de uma ampla agenda voltada ao aperfeiçoamento do ambiente jurídico e institucional de financiamento público das organizações da sociedade civil (OSCs) no Brasil, visando a consolidação das relações de parceria entre OSCs e a administração pública (municipal, estadual e federal), com o reconhecimento da legitimidade da atuação das OSCs nas políticas públicas.

Importante destacar que a luta pela criação da agenda de defesa e promoção da liberdade de associação, da não interferência estatal e da liberdade de auto-organização das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e pela criação posterior do MROSC, teve um impulso fundamental em 2010, com a conformação da Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil, conhecida como Plataforma MROSC¹. Referências importantes neste processo foram a ABONG, o GIFE, a Fundação GRUPO ESQUEL, CÁRITAS BRASILEIRA, UNICOPAS, CESE e ELO – LIGAÇÃO E ORGANIZAÇÃO, dentre tantas outras.

Historicamente, as parcerias entre o poder público e as OSCs eram regidas por uma série de normas, mas sem uma regulamentação específica e unificada. As parcerias eram realizadas principalmente por meio de convênios, que não atendiam adequadamente às especificidades do trabalho das OSCs e criavam inúmeros problemas legais e administrativos. Foram ao menos três décadas reivindicando uma regulamentação mais adequada para a parceria entre a administração pública e as OSCs.

O cenário de insegurança jurídica que as OSCs enfrentavam com as regras de parceria via convênios², criaram ambiente oportuno para a articulação da agenda MROSC, processo que envolveu muita discussão, consultas públicas e debates entre governo e a sociedade civil.

1 Plataforma MROSC: <https://plataformaosc.org.br/>

2 Regidos pela Lei no 8.666/1993, artigo 116, que regulava a cooperação em duas situações bem distintas, quais sejam, (i) a relação entre entes do poder público e (ii) a relação entre o poder público e as OSCs (então conhecidas como Organizações Não Governamentais - ONGs).



Principiada em 2010, com o movimento Plataforma OSC, a agenda MROSC passa a ter contornos mais definidos a partir de 2011, quando é instituído um grupo de trabalho interministerial, com o propósito de avaliar, rever e propor o aperfeiçoamento da legislação federal pertinente às parcerias das OSCs com o poder público.

A mais importante conquista da ampla agenda MROSC foi a sanção, seguida da implementação da Lei Nacional nº 13.019, de 31 de julho de 2014, conhecida como Lei MROSC (A lei entrou em vigor para União, Estados e Distrito Federal em 23/01/2016 e, para Municípios, em 01/01/2017). Essa lei define novas regras para a celebração de parcerias entre OSCs e a administração pública, sob regime de mútua cooperação entre os atores para o alcance de metas e resultados.

O MROSC tem como objetivos principais:

- Estabelecer regras para as parcerias entre o poder público e as OSCs;
- Reduzir a burocracia, tornando os processos mais transparentes e eficientes;
- Garantir a transparência e o controle social sobre os recursos públicos aplicados;
- Fortalecer as OSCs, permitindo-lhes maior protagonismo e participação nas políticas públicas.

Esta conquista muda significativamente as condições do financiamento público às OSCs, democratizando e normatizando o acesso e a utilização dos recursos, correspondendo a necessidade de uma política de Estado com instrumentos e mecanismos que assegurem a autonomia política e financeira das OSCs, revitalizando processos, contemplando instrumentos deliberativos e de controle social.

Por ter abrangência nacional, a lei deve ser cumprida por todos os órgãos e entidades públicas federais, estaduais e municipais, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

No entanto, é importante observar que, apesar da grande quantidade de OSCs no Brasil (879 mil de acordo com o Mapa das OSCs realizado pelo IPEA), de acordo com o



Relatório de Avaliação da CGU (novembro/2024)³, apenas cerca de 2,7% destas acessam recursos federais para financiar suas atividades.

Com a criação da Lei nº 13.019/2014, são criados também novos instrumentos para reger, de forma mais adequada, a relação entre Estado e sociedade civil, quais sejam, (i) o Termo de Fomento: quando o objeto da parceria é de iniciativa da OSC; (ii) o Termo de Colaboração: quando o objeto da parceria é de iniciativa da administração pública e, (iii) o Acordo de Cooperação: quando a parceria não envolve transferência de recursos financeiros.

Alguns autores afirmam que o MROSC configura uma mudança de paradigma e apontam três grandes pilares comprobatórios da mudança de paradigma: (i) foco no controle de resultados com segurança jurídica; (ii) valorização das OSCs e, (iii) efetividade das parcerias com transparência.

Os pontos positivos mais acentuados da Lei MROSC, no que tange à sustentabilidade das OSCs podem ser resumidos da seguinte forma:

- Estabelece a obrigatoriedade de chamamentos públicos para firmar parcerias entre o poder público e as OSCs, garantindo mais transparência e competição. O chamamento público se consolidou como um mecanismo importante para selecionar as OSCs que firmarão parcerias com o poder público, contribuindo para a redução da burocracia e para a ampliação da concorrência, evitando favorecimentos, clientelismo, influência política ou discriminação.
- A Lei exige que a formalização de parcerias seja feita por meio de termos de colaboração e termos de fomento, no lugar dos tradicionais convênios.
- Gestão e prestação de contas: a lei prevê formas de controle e auditoria das ações, além de tornar mais clara a prestação de contas por parte das OSCs.
- Flexibilização para pequenas organizações: as micro e pequenas organizações podem ter uma burocracia mais simples para firmar parcerias, buscando facilitar a sua atuação (o que não tem se efetivado na prática).

³ CGU. Relatório de Avaliação - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – 854 Repasses de emendas parlamentares a entidades sem fins lucrativos diretamente pelo Poder Executivo Federal. Exercícios de 2020 a 2024 – CGU – 11 de novembro de 2024.



1.2 Dados e desafios para a agenda futura

Importante considerar que o ambiente político atual (com a eleição do Lula de 2023 a 2026), favorece a legitimidade e a relevância pública das OSCs, possibilitando um ambiente propício para o avanço da efetivação do MROSC em todas as esferas, tornando perceptível o retorno do investimento público às OSCs. Já no primeiro ano deste novo mandato de Lula (2023-2026), o governo federal criou a Diretoria de Parcerias com a Sociedade Civil, responsável, dentre outras coisas, por articular e acompanhar os processos de regulamentação e a animação do Confoco (Conselho Nacional de Fomento e Colaboração), também recém-criado (2023).

O Confoco é um órgão consultivo que tem como objetivo divulgar boas práticas e apoiar políticas para fortalecer as relações entre as OSCs e a administração pública federal e que tem ganhado relevância ainda maior pela proximidade de diálogo com o executivo, com um maior respaldo, bem como com o judiciário. No entanto, para que o Confoco tenha condições de trabalho, ainda falta uma definição política mais consistente e subsídios por parte do governo, para a sua real efetivação.

Dentro deste ambiente mais favorável ao diálogo com a sociedade civil alguns avanços já são vislumbrados. Foi publicizado o Perfil das Parcerias entre a União e OSCs, através do levantamento realizado pela Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas (setembro de 2024), que apresenta o número de Termos de Fomento e Termos de Colaboração que foram assinados entre 2016 e 2022, analisando o valor global e médio de cada um dos instrumentos, além de apresentar considerações acerca dos segmentos contemplados, da distribuição regional das parcerias e aporte de emendas parlamentares.

Resumidamente, no período (2016 a 2022) foram realizadas 454 parcerias via Termo de Colaboração (somando R\$ 1.314.115.706,39) e 3.436 via Termo de Fomento (somando R\$ 1.514.909.849,90). Foram totalizadas 3.890 parcerias nestas duas modalidades (em um total de R\$2.829.025.556,29).

Um dado alarmante observado no referido levantamento, diz respeito às parcerias via emendas parlamentares, que podem ter sido implementadas sem a realização de chamamentos públicos, considerando o caráter discricionário das emendas. Do total das parcerias MROSC assinadas, 81,64% foram mediante emendas parlamentares, favorecendo o clientelismo e a influência política. Apenas 18,36% das parcerias MROSC foram assinadas sem emendas parlamentares. Esta situação coloca um grande desafio para a Agenda futura MROSC.



Este mesmo levantamento aponta ainda um outro dado importante, referente às desigualdades regionais. Considerando apenas os Termos de Colaboração, a maioria dos instrumentos firmados foram com organizações do Sudeste (63%), seguidos pelo Nordeste (12%), Centro-Oeste (11%), Sul (10%) e Norte (4%).

Este levantamento, a partir dos dados sistematizados sobre as emendas parlamentares acende uma luz amarela para a possibilidade de a administração pública estar propondo parcerias que reproduzem desigualdades regionais, ou talvez, que um grupo seleto de OSCs bem estruturadas esteja hegemonizando o acesso a estes recursos. Esta hipótese é possível a partir da interpretação dos dados que indicam que há uma concentração de apoio à OSCs localizadas em grandes municípios ou metrópoles (77%), sugerindo uma exclusão de apoio às OSCs localizados em pequenos municípios, via de regra, com possibilidade de serem também pequenas OSCs, prejudicando a capilarização prevista como objetivo do apoio público.

Some-se a isso os efeitos negativos na opinião pública da atual investigação do STF (Supremo Tribunal Federal) e CGU (Controladoria Geral da União) sobre a não transparência das emendas parlamentares, o que tem afetado criticamente a reputação do campo OSC.

Os depoimentos colhidos para este estudo revelam o sentimento do conjunto das OSCs do campo democrático popular: mesmo reconhecendo a importância do MROSC, por ele permitir a realização de parcerias em melhores condições do que antes, há uma crítica à complexidade e às exigências da execução orçamentária, pela exigência desproporcional de requisitos comprobatórios, muito além das capacidades e possibilidades de organizações pequenas e/ou sem estrutura. “Isso significa que o MROSC nos abriu um leque de possibilidade de custeio de despesas, como salários e infraestrutura, todavia, para executá-las nos é cobrado um enorme acervo documental” (depoimento para este estudo).

A implementação do MROSC enfrenta desafios acentuados, considerando a sustentabilidade das OSCs, como se vê a seguir:

i. Dificuldade de adaptação das entidades públicas, com resistência à mudança em alguns setores da administração pública, o que pontua uma falta de vontade política, indicando inclusive uma disputa de poder, com o objetivo de afastamento das OSCs;

ii. Burocracia excessiva e a falta de capacitação junto aos órgãos públicos que enfrentam dificuldades para se adaptar às novas exigências legais;



iii. Lenta adaptação das organizações da sociedade civil a essa nova forma de gestão, às novas exigências legais, com ênfase na dificuldade de adaptação das OSCs menores às novas exigências legais e, portanto, afastando estas do acesso ao recurso público. Embora a burocracia do processo de parceria tenha sido reduzida em comparação com o modelo anterior, de convênios, ainda é considerada um obstáculo por muitas organizações, especialmente as de menor porte;

iv. Falta de capacitação às OSCs, especialmente as menores, com menor estrutura, que enfrentam dificuldades para se adaptar às novas exigências legais; o processo instituído não simplifica o suficiente para quem não tem uma equipe especializada e nem os meios para tal;

v. Dificuldades financeiras de algumas OSCs para cumprir com as exigências de contrapartida financeira ou mesmo para garantir a sustentabilidade de seus projetos no longo prazo. Embora o MROSC busque fomentar parcerias para reduzir a dependência de convênios específicos, a falta de recursos ainda é uma limitação para muitas organizações;

vi. Dificuldades operacionais na prestação de contas dos recursos recebidos, uma vez que a Lei exige que as OSCs apresentem uma número de forma detalhada, o que, embora positivo em termos de transparência, tem gerado barreiras para muitas organizações, especialmente as menores e com menos estrutura administrativa. Seria importante valorizar os resultados, criar critérios qualitativo, para além dos quantitativos;

vii. Necessária revisão dos critérios que a administração pública utiliza para selecionar e celebrar parcerias, de modo a não reproduzir desigualdades regionais;

viii. Há um risco de que a utilização preferencial dos termos de colaboração em projetos que envolvem emendas parlamentares possa indicar que as parcerias podem estar sendo implementadas sem a realização de chamamentos públicos, o que inibe uma competição saudável entre as organizações, favorecendo a influência política e o clientelismo, o que escancara uma falha de procedimento por parte do ente público;

ix. Urgência em avançar na normatização das emendas parlamentares.



1.3 Novas regras e procedimentos

No ano de 2024, a grande novidade foi a publicação do Decreto Federal no 11.948 em 13 de março de 2024, que deixa mais nítidas as modificações significativas nas parcerias celebradas entre a administração pública e as Organizações da Sociedade Civil – OSCs, uma vez que o dispositivo legal altera o Decreto no 8.726/16, o qual continua em vigor, com a missão de regulamentar a Lei no 13.019/14 – Lei MROSC, dispondo sobre regras e procedimentos relativos às parcerias.

O ajuste no regulamento é debatido desde 2016, sendo motivo de comemoração, uma vez que qualificam algumas definições que já constavam na Lei, mas que ainda eram frágeis na efetivação da implementação pelos atores envolvidos diretamente nas parcerias – OSCs e administração pública. Obviamente que o decreto não é impositivo de vontade política. Esta cabe aos servidores que executam a política.

De acordo com a análise de Nailton Cazumbá⁴, as atualizações conseguem facilitar, desburocratizar e agilizar principalmente a execução e a prestação de contas das parcerias, propiciando mais eficiência e efetividade na concretização de políticas públicas e no fomento a projetos de interesse público, com foco no resultado a ser alcançado pelas OSCs, com monitoramento pelos entes públicos.

Dentre as diversas qualificações trazidas pelo Decreto Federal no 11.948/24, destacam-se:

- Complementação dos conceitos de Termo de Colaboração e de Fomento;
- Obrigatoriedade de a administração pública estabelecer critérios para definir objetos, metas, custos e indicadores de avaliação de resultados;
- Regras para a celebração de parcerias oriundas de emendas parlamentares;
- Ampliação dos pontos que devem estar contidos nos editais de chamamento público;
- Possibilidade de serem privilegiados critérios de julgamentos qualitativos a serem inseridos no edital (inovação, criatividade, territorialidade e sustentabilidade);

⁴ Contador, com Especialização em Contabilidade das Organizações do Terceiro Setor, Auditoria e Controladoria. Sócio-Gerente da Pauta Assessoria Contábil, Consultoria e Treinamento. Auditor na IGF Auditores e Consultores Independentes.



- Ratificação de que os editais não podem exigir que as OSCs possuam certificação ou titulação concedida poder público, como condição para a celebração de parceria;
- Poderá ser dispensada a realização do chamamento público no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social;
- Novas regras e limites sobre a contrapartida não financeira;
- Responsabilidades das OSCs sobre a gestão trabalhista, fiscal e comercial:

Compras, Contratações e Pagamentos;

- Aumento do percentual autorizado para ampliação do valor das parcerias, e alterações no plano de trabalho;
- Critérios e procedimentos para o monitoramento e avaliação das parcerias.

1.4 Desafios para a administração pública e para as OSCs

A Agenda MROSC criou um ambiente mais democrático para a disputa de recursos públicos e de valorização das OSCs, que culminou com a criação do MROSC, que representa um marco importante na interação entre o poder público e a sociedade civil, trazendo avanços em termos de transparência, eficiência e controle social. No entanto, sua plena implementação ainda enfrenta desafios significativos, como a formação para a compreensão da Lei, a adaptação à nova legislação, o excesso de burocracia, a falta de recursos, dentre outros, como é possível observar a seguir:

- Capacitação dos funcionários dos órgãos públicos que enfrentam dificuldades para se adaptar às novas exigências legais;
- Capacitação das OSCs, especialmente as menores, com menor estrutura, que enfrentam dificuldades para se adaptar às novas exigências legais, para compreensão da Lei;
- Aprofundamento da transparência e controle social dos recursos públicos, com revisão das normativas das emendas parlamentares, processo já em andamento nos acordos do STF com o Congresso;
- Foco em resultados e impacto social: o MROSC está estimulando as OSCs a um maior alinhamento aos princípios da gestão orientada por resultados, com uma ênfase



maior na indicação de impactos sociais.

- **Sustentabilidade das parcerias:** embora o MROSC tenha dado um avanço na formalização das parcerias, a sustentabilidade das parcerias a longo prazo é um desafio, com as OSCs buscando modelos mais estáveis que garantam previsibilidade, continuidade e mesmo ampliação dos resultados.

- **Diversificação das fontes de financiamento:** embora o MROSC busque aprimorar a parceria com o governo, as organizações estão cada vez mais procurando fontes alternativas de financiamento, como a filantropia, iniciativas de geração de recursos próprios, crowdfunding, acesso a fundos internacionais e parcerias com empresas e investimento social privado.

- **Integração entre governos e OSCs:** o MROSC tem se mostrado uma plataforma importante para aproximar o governo e as OSCs na formulação e implementação de políticas públicas. Espera-se que, no futuro, as OSCs desempenhem um papel cada vez mais ativo na elaboração e avaliação de políticas públicas.

2. Cooperação internacional ao desenvolvimento

2.1 Breve recuperação histórica e contribuição da CID no Brasil

Desde o processo de redemocratização, nos anos 1970/80, organismos e agências de cooperação internacional ao desenvolvimento (CID) têm jogado um papel significativo no apoio e fortalecimento da sociedade civil organizada no Brasil. Naquele período havia mais organizações internacionais atuantes no país, atingindo um número considerável de organizações parceiras. Desde o final dos anos 1990 e anos 2000, várias organizações internacionais deixaram de atuar de forma direta no Brasil (mais recentemente, F. Laudes, TdH Suisse, Oak Foundation, por exemplo)⁵. As que permanecem tendem a manter um número de parceiros estratégicos bem menor do que era comum nos anos 1980/1990 (ICCO/Holanda tinha perto de 90 parceiros em 1989; Christian Aid/Reino Unido tinha cerca de 60 em 1991)⁶.

⁵ A Oak e a Laudes continuam a aportar recursos, mas isto se dá agora indiretamente e em valores menores, por meio de fundos independentes.

⁶ Registros pessoais de Domingos Armani.



Nos últimos anos tem havido redução de orçamentos direcionados ao Brasil por algumas organizações importantes para o campo social brasileiro, como é o caso das organizações alemãs Misereor e Pão para o Mundo. Outras várias organizações têm redefinido suas prioridades, estratégias e/ou formas de atuação⁷. Diferentemente dos anos 1980/1990, a maior parte delas tende a ser bastante exigente e mais seletiva na seleção de parceiros.

Por outro lado, algumas organizações internacionais começaram a atuar no Brasil, com ou sem escritório local. A emergência das mudanças climáticas, que se tornou, legitimamente, um tema de interesse global, também redirecionou prioridades de agências de fomento internacionais. Particularmente, a Amazônia passou a atrair mais interesse de financiadores internacionais para atuarem no país.

O apoio da cooperação internacional ao desenvolvimento foi fundamental para boa parte da sociedade civil brasileira, tanto para centros de estudos e pesquisas acadêmicos, quanto para movimentos sociais, igrejas, pastorais e organismos ecumênicos, centros de Educação Popular, ONGs, redes e plataformas temáticas, e fornecedores de suporte e capacitação, como centros de formação e as consultorias, em seus diversos arranjos.

É importante observar que o Brasil já foi considerado um país prioritário na cooperação internacional, verdadeiro laboratório de inovações sociais. Mas isto foi nos anos 1980/1990. Mas, com o fortalecimento da sociedade civil organizada, Fóruns Sociais Mundiais, governos progressistas e o processo participativo aberto pela Constituição de 1988, associado ao avanço das políticas públicas nos anos 2000, com os mandatos I e II de Lula, a CID considerou que o Brasil já não era prioritário no contexto das necessidades da ajuda ao desenvolvimento.

2.2 Tendência de redução da ajuda

Nos últimos 15-20 anos, entretanto, a CID passou por muitas mudanças, inclusive em relação ao Brasil. A principal mudança é a elevação do patamar do desenvolvimento econômico e seus efeitos – o Brasil é atualmente classificado como um país de renda média alta, estando entre as 10 maiores economias do mundo (dados do FMI, 2024). Esta evolução em termos econômicos teve como efeito negativo uma tendência de redução da ajuda oficial ao desenvolvimento (apoio de governos) no período 2012- 2019, com exce-

⁷ Armani, 2010; Toni, 2020.



ção do período pós-Pandemia Covid 19 (2021-2022); isto a tal ponto que o país passou de ser receptor de CID à condição de doador⁸. Entre 2012 e 2021 a América do Sul recebeu 41% da ajuda oficial líquida (Net ODA) enquanto o Brasil recebeu cerca de 8%⁹.

Uma possível evidência da redução da ajuda internacional ao campo das OSCs no Brasil é que, em 2003, 22,5% das associadas à Abong tinham entre 61 e 80% de seus orçamentos advindo da CID e, 35,2% das associadas, entre 81 e 100%; já, em 2007, 20,6% das associadas tinham até 20% do orçamento coberto pela CID (eram 7% em 2003), 20,5% das associadas entre 21% e 40% e 21,7% das associadas entre 61% e 80% dos orçamentos, e somente 18,5% entre 81 e 100% (eram 35,3% em 2003), conforme estudo da Abong de 2010¹⁰.

Algumas organizações que deixaram o Brasil desde 2000¹¹	
Organização	País
CORDAID	Holanda
NOVIB	Holanda
CEBEMO/BILANCE	Holanda
TDH	Holanda
CRS	Estados Unidos
INTERMON	Espanha
TRÓCAIRE	Irlanda
SAVE THE CHILDREN	Suécia
SCIAF	Escócia
VOLENS	Bélgica

8 Armani, Domingos. A sustentabilidade da OSCs: a difícil arquitetura da autonomia. IN: Patrícia Mendonça, Mario Aquino Alves e Fernando Nogueira (orgs.) Arquitetura Institucional de Apoio às Organizações da Sociedade Civil no Brasil. São Paulo: FGV, 2013.

9 The Reality of Aid, 2023, pp. 117-122.

10 Abong. Sustentabilidade das ONGs no Brasil: acesso a recursos privados. Rio de Janeiro: Abong, 2010, pp. 68- 69.

11 Dados colhidos por Domingos Armani a partir de múltiplas fontes. Ver Armani, Domingos, Pécchio, Santos, Rafael dos (orgs.). Recife: Aliança Interage, 2010, p. 51.



FASTENOPFER	Suíça
FUNDAÇÃO KELLOGG	Estados Unidos
CHRISTIAN AID	Reino Unido
LAUDES FOUNDATION	Holanda

Importante registrar que a cooperação não governamental europeia é cada vez mais dependente de recursos da cooperação oficial. Há organizações com mais de 80% do orçamento advindo de fontes governamentais e/ou multilaterais. Tal nível de dependência, bastante comum em organizações europeias, mesmo com percentuais menores, tem gerado efeitos cascata adversos, como a redução do número de países prioritários passíveis de receber ajuda, redução dos orçamentos disponíveis, e ainda, o enrijecimento de procedimentos, exigências e controles administrativos e financeiros.

2.3 Os limites do foco tecnicista em resultados

Outra mudança na cooperação internacional que afeta diretamente as OSCs no Sul Global é que, desde meados dos anos 1990, vários fóruns globais de alto nível vêm discutindo condições para a maior eficácia e eficiência da ajuda ao desenvolvimento, tendo por base a chamada “gestão centrada em resultados”. Isto significou que, nos últimos 20 anos, as sociedades civis do Sul Global têm sido submetidas a abordagens e parâmetros de “profissionalização” de sua ação e gestão, isto é, de valorização das técnicas (foco no instrumental) em detrimento de abordagens sistêmicas e processuais de desenvolvimento (foco no substancial)¹². É neste contexto que surgem termos como: “quadro de resultados”, “avaliação de impactos”, “mensuração de avanços”, “avaliação de desempenho” e outros tantos similares¹³.

Buscar e dimensionar resultados e impactos é do interesse geral em se tratando de ações sociais com intenção de transformar realidades de forma relevante, mas isso é bastante complexo e não deveria ser sinônimo de abordagens top-down, mecanicistas, tecnicistas, aplicadas sem adequada contextualização e sem a efetiva participação das organizações do território. Alguma forma de protocolo, requerimento e exigências administrativas, financeiras e contábeis sempre serão parte das relações de cooperação e

¹² Ver Jansen, Anneke, Landim, Leilah. Marchas e contramarchas da cooperação: a parceria ICCO – FASE (1983-2010) – Uma reflexão. Rio de Janeiro: FASE, 2011.

¹³ Pessina, Maria Elisa Huber. O não governamental na cooperação internacional para o desenvolvimento após 1990: entre as circunstâncias e as peculiaridades do caso alemão. Salvador: EDUFBA, 2017.



apoio. O problema é que se constata uma escalada de exigências por parte das organizações internacionais, sobretudo fruto de sua crescente dependência de recursos públicos governamentais, em um contexto de avanço da representação parlamentar de forças de direita na Europa. É muito provável que, se não houvesse tal nível de dependência, a realidade destas relações de apoio seria outra. Da forma como muitas INGOs colocam suas exigências e controles, elas são facilmente associadas com falta de confiança no parceiro.

2.4 O choque atual na CID

Mais recentemente, verificam-se inéditos movimentos negativos em relação à cooperação internacional oficial no Hemisfério Norte, com efeitos perversos na cooperação não governamental: a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, com o congelamento por 90 dias das atividades da USAID, demissões e ameaça de fechamento e/ou redução da agência expressa um perigo bastante real de isto vir a afetar a contribuição das empresas e fundações americanas na América Latina. Os cortes recentemente anunciados nos orçamentos de ajuda internacional ao desenvolvimento em países como Alemanha, Holanda, Suíça, Bélgica e Reino Unido afetam de forma importante os orçamentos de Ongs desses países que apoiam OSCs no Sul Global¹⁴.

O próprio movimento atual de ataque às políticas ESG (Environment, Social and Governance) / DEI (Diversity, Equity and Inclusion) nos Estados Unidos nas instituições governamentais norte-americanas, seguido “voluntariamente” por grandes corporações, tem probabilidade de vir a ser estendido ao campo das fundações privadas, com danos potenciais gigantescos em todo Sul Global¹⁵.

No Reino Unido, um relatório recente do ICAI (Independent Commission for Aid Impact) indicou uma redução consistente da ajuda ao desenvolvimento desde 2020, revelou um aumento exponencial da ajuda à Ucrânia (agora o principal beneficiário), e constatou que 1/3 de toda ajuda ao desenvolvimento é hoje gasta dentro do próprio Reino Unido¹⁶. Em 25/02/2025, o Primeiro-Ministro britânico anunciou um grande aumento dos gastos em defesa, a ser financiado com o corte de 40% na ajuda humanitária internacional¹⁷.

No caso dos Países Baixos (Holanda), o governo anunciou, recentemente, o fim do

14 WINGS. What should philanthropy do about the US freeze on aid? By Benjamin Belleggy. <https://members.wingsweb.org/news/1156168>.

15 The Chronicle of Philanthropy. <https://www.philanthropy.com/article/these-346-foundations-are-candidates-for-a-trump-dei-investigation>. Acessado em 28/02/2025.

16 ICAI. How UK Aid is Spent. February 2025: <https://icai.independent.gov.uk/review/how-uk-aid-is-spent/review/>

17 Opera Mundi: <https://operamundi.uol.com.br/>. Acessado em 26/02/2025.



financiamento para projetos ligados aos direitos das mulheres, igualdade de gênero, educação, esportes e cultura, prevendo-se ainda cortes drásticos no apoio a iniciativas climáticas, sociedade civil e cooperação multilateral.

Na Alemanha, também devido às despesas da guerra Rússia – Ucrânia e do surpreendente crescimento dos partidos de direita e extrema direita (neonazistas), dentre outros fatores, o BMZ (Ministério para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento) sofreu uma redução de cerca de 1 bilhão de euros em 2025. Os cortes em ajuda humanitária prometem ser ainda mais drásticos –, com cortes de mais de 50%!¹⁸

Segundo o relatório *The Reality of Aid* (2023), o atual cenário internacional de múltiplas crises (financeira, climática, recessão econômica, assistencial, pós-COVID- 19 e conflitos armados internacionais, especialmente o conflito OTAN-Ucrânia-Rússia) continuará a ter repercussões diretas na lógica de funcionamento do sistema de ajuda a nível global e, portanto, para a região nas suas diferentes modalidades: Norte-Sul (bilateral, multilateral, descentralizada e privada) e Sul-Sul. Do ponto de vista das tendências futuras da ajuda oficial à América Latina, é importante assinalar que “há uma tendência a priorizar a canalização de maior ODA (ajuda oficial) para aqueles países que têm um interesse potencial devido à sua riqueza mineral, energética e de recursos naturais. E na esfera geopolítica, uma priorização para países que, por meio de governos aliados a doadores, podem parar ou enfraquecer governos progressistas”¹⁹.

2.5 O foco nas mudanças climáticas e na Amazônia

Uma tendência perceptível na cooperação internacional ao desenvolvimento com o Brasil é o foco na Amazônia em conexão com as mudanças climáticas.

“Os doadores reconhecem e reforçam a contribuição da região amazônica para a estabilidade climática mundial. A região exerce uma função essencial na regulação do clima global. Sua floresta tropical age como um valioso sumidouro de carbono, absorvendo o CO2 atmosférico e atuando como um escudo contra os efeitos das mudanças climáticas”²⁰.

É a partir desta percepção do papel global da região amazônica que um número

18 <https://www.devex.com/news/germany-plans-billions-in-cuts-to-development-humanitarian-aid>.

19 *The Reality of Aid*, 2023, p. 121 (tradução própria).

20 Marengo, J. A. Características e variabilidade espaço-temporal do orçamento hídrico da bacia do rio Amazonas. [s.l.: s.n.].



crescente de doadores tem direcionado recursos para a região e para o Brasil. Na cooperação oficial ambiental-climática com o Brasil destacam-se países como Alemanha, Reino Unido e Noruega. Recentemente (2023), a Alemanha fez depósitos de R\$ 192 milhões e o Reino Unido de R\$ 500 milhões no Fundo Amazônia (CNN Brasil, 2023)²¹.

A propósito, sem desvalorizar a reconhecida importância de algumas organizações da CID para associar o enfrentamento às mudanças climáticas com a justiça social, é importante ter em mente que os interesses comerciais e estratégicos dos países do Hemisfério Norte, sobretudo nas áreas de mineração, produtos agrícolas e energia, seguirão presentes e pressionando a agenda climática e do desenvolvimento²².

2.6 Decolonialidade e despolitização das relações de cooperação

Uma realidade perceptível já há duas décadas, tem a ver com a despolitização das relações de cooperação internacional com o campo não governamental no Sul Global. A discussão política sobre o desenvolvimento e sobre a própria CID não são mais temas na agenda. Acabou de acontecer o G20 SOCIAL, em novembro de 2024, no Rio de Janeiro. Segundo depoimentos colhidos para este estudo foi um evento importante, *“mas era praticamente somente a sociedade civil organizada brasileira discutindo consigo mesma”*; não havia atores políticos do Norte, nem da CID.

Predomina, na percepção internacional sobre o Brasil, a imagem de um país de renda média alta, com governos progressistas (com uma exceção recente), políticas públicas que promovem participação e direitos, significativa redução da pobreza, e um sistema político razoavelmente sólido, até há pouco. O que esta imagem genérica não revela são as enormes desigualdades ainda persistentes e a exclusão que segue marcando o desenvolvimento brasileiro, seja nos centros urbanos, seja no interior ou na Amazônia. As populações periféricas, sejam os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais continuam tendo seus territórios e modos de vida ameaçados cotidianamente pelos grandes interesses do agronegócio, da mineração e do modelo centralizado de produção de energia, mesmo a partir de fontes renováveis.

No Brasil, a democracia realmente existente protege e favorece um sistema social

21 Pessina, Maria Elisa Huber, Mousinho, Maria Cândida Arrais de Miranda, Azevedo, Andréa Silva, Santos, Diego da Silva. Cooperação internacional para o desenvolvimento: a agenda de gênero e mudanças climáticas da Alemanha e do Reino Unido na Amazônia brasileira. Cadernos do CEAS, Salvador/Recife, v. 49, n. 261, p. 27-48, jan./abr. 2024, p. 30.

22 PAD. Cooperação internacional para o desenvolvimento e organizações da sociedade civil. Mara Manzoni e Sheila Tanaka, 2022.



e econômico iníquo e, mesmo assim, essa limitada democracia encontra-se sob ameaça, como reação conservadora aos avanços possíveis nos últimos 20 anos.

Sob o lema da decolonialidade e da localização²³, algumas organizações da CID, mas não muitas, têm começado a discutir novas formas de apoio às OSCs do Sul Global, de forma a desconcentrar poder e aproximar os recursos e as decisões dos territórios e comunidades nos diversos países. O termo “Shift The Power” ganhou destaque e virou uma hashtag em 2016, a partir do “Global Summit on Community Philanthropy”, em Johannesburg, quando mais de 400 pessoas de todo o mundo indicaram a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento, desafiando as instituições internacionais de filantropia e desenvolvimento a transferir o poder. Mas todo este movimento de decolonialidade no Hemisfério Norte é muito inicial ainda, nada que gere inflexão efetiva no processo decisório sobre os recursos e fluxos da cooperação.

O próprio movimento da chamada “localização” traz ambiguidades e riscos. Um deles é de que as organizações do Norte seguirão dando as cartas, decidindo como, quando, para quem e em que grau devolverão poder aos governos e OSCs do Sul Global. A pergunta é: o comando do processo seguirá nas mesmas mãos de sempre? Outra crítica possível à localização é que ela pode despolarizar ainda mais os debates sobre ajuda humanitária e ajuda ao desenvolvimento, conferindo aos atores locais (localizados) um papel meramente de implementadores de ações, sem capacidade e força política para discutir o caráter da CID ao nível global. Em suma, a localização pode vir a significar uma redução ainda maior do protagonismo das OSCs do Sul Global²⁴.

Não obstante, verifica-se uma valorização crescente e apoio financeiro ao fortalecimento institucional das OSCs, vistos como condição para a maior efetividade e impacto social. Isto tem acontecido com ONGs e fundações, mas também se verifica no apoio oficial de alguns governos europeus, como os da Alemanha e Noruega.

23 O princípio da “localização” surgiu em 2016 no contexto da Cúpula Humanitária Mundial e preconiza que os países do Norte busquem fortalecer a capacidade dos países em desenvolvimento (governos e sociedade civil) de liderar e implementar suas próprias estratégias de desenvolvimento.

24 Ver Peace Direct: “Localisation and Decolonisation: the difference that makes the difference”.



2.7 Crise da CID, crise das INGOs e policrise

O mundo está passando por uma situação que muitos denominam de “policrise”²⁵, uma situação caracterizada por Edgar Morin como “*crises interligadas e sobrepostas*” que assumem a forma de um “*complexo interdependente de problemas, antagonismos, crises e processos incontroláveis*” que formam “*a crise geral do planeta*”.

“*Na policrise, os choques são díspares, mas interagem entre si, de modo que o todo se a figura maior do que a soma das partes*” (Adam Tooze). É como se os acontecimentos caóticos se multiplicassem e se reforçassem até culminarem numa forma de desestabilização geral do sistema (econômico, financeiro, institucional, ecológico etc.).

Uma das dimensões desta policrise global é a crise do sistema de ajuda internacional ao desenvolvimento e, em especial, uma crise das chamadas INGOs (Organizações Não Governamentais Internacionais). Em meio à redução persistente dos recursos para ajuda internacional ao desenvolvimento, à crescente dependência de recursos governamentais, e ao desafio da descolonização das relações de apoio com o Sul Global, as organizações de cooperação internacional vivem uma crise de identidade e de finalidade.

Do ponto de vista das OSCs parceiras brasileiras, esta crise é vivida e sofrida como um processo de redução do apoio, ausência de diálogo político, aumento da incerteza e da instabilidade institucional, associado com a elevação de exigências “burocráticas”, sem nenhum sinal evidente de descolonização à vista.

2.8 Tendências e desafios

Os retrocessos sociais e políticos recentes na Europa e nos Estados Unidos, na América Latina e Brasil, têm revelado que a ajuda internacional ao desenvolvimento está sob ataque e que ela vai ser reduzida e modificada para pior nos próximos anos.

É o fim da CID como nós a conhecemos por décadas e a elevação dos riscos e danos sociais e políticos ao redor do mundo.

“*O que isso significará para a solidariedade internacional em geral, sem mencionar o trabalho social progressista e o ativismo no Sul Global? Estamos falando de uma mudança tectônica e um risco enorme para esses atores que dependem fortemente de financiamento*

²⁵ Termo popularizado pelo jornalista britânico Adam Tooze, em 2022.



*do Norte, tanto público quanto privado. Essa armadilha pode, por sua vez, acelerar rapidamente a erosão democrática em todo o mundo e a crise polivalente muito real que a humanidade está enfrentando*²⁶.

Novos e grandes desafios, como a crise climática, o negacionismo, os conflitos e guerras, as migrações, a ascensão da direita e da extrema direita no mundo exigem atuação coordenada para o seu enfrentamento. Infelizmente, esta percepção ainda não é geral ou mesmo predominante no campo da CID, o que não deixa de ser outro aspecto de sua própria crise.

Como tendências da CID para o futuro próximo, pode-se indicar:

- período marcado por grande incerteza e turbulências;
- redução generalizada da ajuda oficial ao desenvolvimento;
- redução dos orçamentos das organizações não governamentais de ajuda internacional;
- cortes de pessoal e redução de custos nas organizações governamentais de ajuda internacional;
- inovação na busca de recursos alternativos por parte das organizações de CID em seus próprios países;
- forte redução do apoio a temas como gênero, imigração e direitos humanos, e mesmo clima, em vários países do Hemisfério Norte;
- foco privilegiado de apoio para agenda climática, nos países e organizações onde isso ainda for possível, com destaque para a região Amazônica;
- maior relevância de apoio de filantropos e de instituições familiares;
- aumento ainda maior das exigências e controles administrativos e financeiros por parte das organizações de ajuda ao desenvolvimento;

²⁶ Benjamin Bellego, Executive Director, WINGS. <https://members.wingsweb.org/news/1156168>. What will this mean for international solidarity in general, not to mention progressive social work and activism in the Global South? We are talking about a tectonic shift and a huge risk for these actors who rely heavily on northern funding, both public and private. This pitfall could, in return, quickly accelerate democratic erosion around the world and the very real polycrisis humanity is facing".



- crises internas em muitas dessas organizações devido a visões conflitantes sobre como enfrentar a crise - pelo aprofundamento do modelo atual com suas implicações, ou pela descolonização das relações e decisões.

2.9 Desafios para CID e as OSCs

- O estabelecimento de diálogos políticos acerca da CID, do papel das INGOs (ONGs internacionais) e dos termos de cooperação e parceria com as OSCs do Sul Global, visando o estabelecimento de relações de apoio e parceria baseadas na confiança e não meramente no controle;

- Avanço no diálogo e na disseminação de conhecimentos sobre a decolonialidade e suas implicações práticas para as relações de ajuda ao desenvolvimento;

- Inclusão de interlocutores de organizações e comunidades periféricas, indígenas, quilombolas e tradicionais nos espaços de articulação e diálogo sobre CID e decolonialidade.

- Apoio crescente a organizações ditas intermediárias, como os fundos independentes de filantropia comunitária, as fundações comunitárias e os fundos territoriais;

- Diálogo político com as instituições da filantropia e do investimento social privado brasileiros sobre o atual aprofundamento da crise da cooperação internacional e as eventuais formas de a filantropia contribuir para a minoração de seus efeitos negativos;

- Desenvolvimento de iniciativas de sistematização e produção de conhecimento acerca de abordagens e metodologias de avaliação de resultados e impactos contextualizadas, com valorização dos saberes locais e protagonismo dos atores atuantes nos territórios.



3. ISP e a filantropia brasileira

3.1 Perspectiva histórica

A filantropia no Brasil possui uma trajetória marcada por diversas transformações ao longo do tempo. No período colonial ela teve um caráter fundamentalmente assistencialista e/ou caritativo, com grande presença e influência da Igreja Católica. A partir do século XX o campo da filantropia se desenvolveu e começou a se estruturar, surgindo instituições privadas de caridade com o intuito de atender às necessidades básicas, em áreas como saúde e educação. Na década de 1990, fruto das influências internacionais no planejamento filantrópico, e também como reflexo da promulgação da Constituição de 1988, deu-se uma maior profissionalização do setor. A filantropia no Brasil passou a ser estruturada em um modelo orientado a objetivos estratégicos, com foco na resolução de problemas sociais por meio de uma melhor organização das soluções propostas e do fortalecimento do Terceiro Setor.

No período recente, surgiram diversos institutos e fundações empresariais que procuram não somente viabilizar recursos para projetos e organizações da sociedade civil, mas também influenciar o fortalecimento de elementos de governança e gestão e, em alguns casos, o desenvolvimento institucional das OSCs. Este movimento se expressa no assim chamado Investimento Social Privado (ISP), termo brasileiro definido como o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público (GIFE, 2020). Nesse sentido, o ISP se posiciona como uma busca por soluções para problemas públicos a partir da iniciativa privada, o que exige a articulação de uma rede diversificada de atores, com foco em setores considerados prioritários ou vulneráveis, onde são implementados programas e iniciativas sociais e/ou socioambientais.

Além do ISP e da filantropia advinda de atores privados, destaca-se um conjunto de organizações de filantropia independente que atua no campo da justiça socioambiental e no desenvolvimento comunitário, com estratégias de apoio institucional, descentralizando recursos, fazendo-os chegar mais perto da ponta (movimentos, coletivos, OSCs de base). No Brasil, parte desse conjunto de organizações e fundos independentes integra a Rede Comuá²⁷.

²⁷ <https://redecomua.org.br/>



3.2 Características gerais do setor

O setor de filantropia no Brasil caracteriza-se por uma diversidade de organizações, incluindo institutos, fundações, organizações não governamentais (ONGs) e associações que focam em diversas áreas e possuem diversas formas de financiamento e governança.

Conforme o Censo GIFE 2022-2023 (Grupo de Institutos Fundações e Empresas) o investimento dos institutos e fundações empresariais ou familiares das associadas em 2022 foi de R\$ 4,8 bilhões, representando um aumento de cerca de 20% em relação à média de 2015-2019.

Ainda segundo o Censo GIFE 2022-2023 (GIFE, 2023), entre as principais áreas de investimento destacam-se:

- **Educação:** 71% das organizações atuam nessa área, sendo o foco prioritário para 33% delas. O volume de recursos investidos foi de R\$ 1,98 bilhão, representando 42% do total²⁸.

- **Inclusão produtiva**, empreendedorismo e geração de renda: 54% das organizações atuam nessa área, sendo o foco prioritário para 10% delas. O volume de recursos foi de R\$ 280 milhões, representando 6% do total.

- **Desenvolvimento local**, territorial e/ou comunitário: 50% das organizações atuam nessa área, sendo o foco prioritário para 9% delas. O investimento total foi de R\$ 165 milhões, equivalente a 3% do total.

- **Proteção e assistência social/combate à pobreza e à fome:** 41% das organizações atuam nessa área, sendo o foco prioritário para 4% delas. O volume de recursos foi de R\$ 189 milhões, representando 4% do total.

- **Defesa de direitos, cultura de paz e democracia:** 38% das organizações atuam nessa área, sendo o foco prioritário para 9% delas. Os recursos investidos foram de R\$ 245 milhões, equivalente a 5% do total.

- **Desenvolvimento institucional de OSCs e movimentos sociais:** 36% das organiza-

²⁸ Entendendo a relevância do campo do investimento social privado, o GIFE propôs o projeto “O que o ISP pode fazer por...”, com o objetivo de lançar luz sobre temas menos evidenciados na atuação do ISP, como Cidades Sustentáveis, Equidade Racial, Mudanças Climáticas, Água, Gestão Pública, Direitos das Mulheres, Migrações e Refugiados, Segurança Pública e Justiça Criminal, Democracia, Ciência e Informação e Amazônia, a partir do apoio e parceria de institutos e organizações da sociedade civil referenciadas por sua atuação em cada uma das temáticas retratadas. Para conhecer mais: <https://isppor.gife.org.br/>



ções atuam nessa área, sendo o foco prioritário para 4% delas. O investimento foi de R\$ 172 milhões, representando 4% do total.

- **Cultura e artes:** 36% das organizações atuam nessa área, sendo o foco prioritário para 6% delas. Os recursos investidos somaram R\$ 420 milhões, o que representa 9% do total.

- **Saúde:** 26% das organizações atuam nessa área, sendo o foco prioritário para 9% delas. O investimento total foi de R\$ 312 milhões, representando 7% do total.

- **Ambiente natural e sustentabilidade:** 26% das organizações atuam nessa área, sendo o foco prioritário para 5% delas. O volume de recursos foi de R\$ 187 milhões, equivalente a 4% do total.

- **Agricultura, alimentação e nutrição:** 23% das organizações atuam nessa área, sendo o foco prioritário para 2% delas. O investimento total foi de R\$ 62 milhões, representando 1% do total.

Quanto ao perfil dos investidores sociais no Brasil, 80% são institutos e fundações empresariais, enquanto os 20% restantes correspondem a fundações familiares ou independentes.

Entre os principais mecanismos de atuação, incluem-se:

- **Financiamento direto de projetos:** apoio financeiro a projetos e organizações que atuam nas áreas de interesse da instituição.

- **Parcerias intersetoriais:** alianças com governos, outras empresas, OSCs e organismos internacionais para o desenvolvimento de projetos conjuntos.

- **Programas de voluntariado corporativo:** incentivo à participação de funcionários da empresa em atividades de voluntariado.

- **Inovação social e tecnologia:** desenvolvimento e aplicação de soluções tecnológicas para enfrentar desafios sociais.

- **Apoio e incidência de políticas públicas:** seja por meio de advocacy, financiamento de estudos e pesquisas, ou através de parcerias que visam implementar ações para a solução de problemas pontuais ou colocar temas na agenda governamental.



3.3 Desafios e limites

O ISP e a filantropia brasileira têm o potencial de desempenhar um papel estratégico no fortalecimento das OSCs e na promoção de mudanças sociais. No entanto, este campo apresenta grandes desafios a serem enfrentados na busca por transformações estruturais, inclusivas e significativas. Um dos limites mais relevantes é o financiamento, que, em sua maioria, é inflexível e restritivo, dificultando a adaptação das organizações às necessidades dos contextos sociais em que operam, o que perpetua relações de poder desiguais entre financiadores e beneficiários.

Embora a filantropia baseada na confiança, que promove relações mais equilibradas e um financiamento mais flexível, seja reconhecida como uma boa prática, ela ainda está longe de ser a norma. Nota-se que a cultura de doação ainda é incipiente, predominando a desconfiança, a aversão ao risco e a preocupação com ameaças à reputação por parte das empresas, seus institutos e fundações. Isso leva ao apoio a projetos pontuais, com efeitos limitados, reduzindo o acompanhamento a iniciativas focadas na transformação profunda da realidade social e socioambiental.

Somado a este limite, existe também uma tendência do setor em executar programas próprios ou contratando organizações para a realização de suas iniciativas²⁹, em detrimento ao financiamento às iniciativas de OSCs, fato que amplia os desafios das OSCs brasileiras (mesmo aquelas alinhadas ao perfil de grantmaking) em acessar recursos do campo filantrópico.

Outro ponto crítico é a falta de apoio às organizações de base e às lideranças negras, indígenas e quilombolas, o que aprofunda a crítica à filantropia brasileira por não abordar efetivamente as desigualdades sociais e étnico-raciais e ter se mostrado pouco estratégica para promover mudanças significativas no enfrentamento ao racismo³⁰. Em vez de atuar como um instrumento de transformação estrutural, muitas vezes, reproduz o racismo sistêmico. Isso torna urgente a necessidade de redistribuição de recursos, colocando essas organizações no centro das decisões sobre sua alocação.

A falta de diversidade nos conselhos deliberativos das organizações da filantropia é

²⁹ Segundo o Censo Gife 2022-2023, 55% das organizações do ISP têm perfil de atuação que pode ser considerado mais executor e 43%, mais financiador.

³⁰ O mesmo Censo Gife demonstra que territórios onde encontram-se povos e comunidades tradicionais estão entre os que menos contam com atuação direta de investidores sociais: áreas de comunidades remanescentes de quilombos e de terras indígenas têm atuação direta de apenas 10% e 7% das organizações, respectivamente.



outro obstáculo para uma visão mais integral dos problemas e suas possíveis soluções³¹. Esses conselhos, muitas vezes compostos por membros de famílias empresárias e por cargos gerenciais, perpetuam uma estrutura pouco representativa e homogênea, refletindo (e perpetuando) as desigualdades existentes na sociedade.

Outro fator que compromete a sustentabilidade de OSCs diz respeito a uma cultura filantrópica que privilegia abordagens pragmáticas e gerenciais, negligencia dimensões sociais e políticas relevantes, não fortalece os atores sociais como sujeitos transformadores e limita o potencial das iniciativas. Além disso, a centralização geográfica das ações no Sudeste perpetua desigualdades e impedem uma redistribuição efetiva de recursos, o que enfraquece sua capacidade de gerar soluções inclusivas e sustentáveis.

O foco de atuação em áreas específicas e falta de interseccionalidade reforçam este cenário. Orientadores do investimento de recursos pela filantropia tendem a privilegiar investimentos em áreas específicas como a educação (formal e informal), que são menos controversas, em detrimento de uma compreensão mais ampla e integral das problemáticas sociais que o país enfrenta. Cabe destacar que, parte dos investimentos em educação são destinados à inclusão produtiva e empreendedorismo³², de uma maneira não conectada às estratégias para o acesso aos direitos e tendem a fortalecer a expansão do trabalho precário justamente entre aquelas pessoas que mais precisam de retaguarda social. Essas abordagens frequentemente não reconhecem a interseccionalidade entre raça, gênero e classe, assim como a necessidade de processos de articulação interinstitucional e de múltiplos atores.

3.4 Potencial e oportunidades

A filantropia no Brasil se encontra atualmente diante de um cenário que oferece uma multiplicidade de possibilidades para a promoção de mudanças sociais profundas. Isso pode ser alcançado por meio da incorporação de práticas inovadoras e inclusivas, que impactem positivamente tanto as organizações da sociedade civil quanto as comunidades onde elas atuam. Além disso, novas abordagens podem surgir no processo de implementação, transformando-se em avanços concretos. Trata-se de o setor ser mais ousado no

31 Considerando o ritmo observado de 2016 a 2022, poderá levar mais de 60 anos para que todas as organizações (associados GIFE) declarem ao menos uma pessoa negra na composição de seus conselhos deliberativos. Fonte: Censo GIFE 2022-2023.

32 Ver Censo GIFE 2022-2023.



apoio às causas promovidas pelas OSCs³³.

Existe a oportunidade de combinar financiamento flexível com apoio focado em desenvolvimento institucional sistêmico, criando alternativas aos modelos tradicionais de financiamento. Reconhecer a contribuição das organizações de base comunitária e territorial na promoção de mudanças sociais, bem como no atendimento às comunidades marginalizadas, é fundamental na promoção da justiça socioambiental.

Além disso, essas organizações são frequentemente as mais predispostas a incorporar e gerar inovações, o que reforça a necessidade de fortalecê-las em diversos aspectos, incluindo o aumento do financiamento e do apoio ao desenvolvimento institucional. Cabe, para isso, uma mudança profunda nas práticas hegemônicas do ISP e da filantropia brasileira.

Neste cenário, OSCs com a atuação voltada à garantia de direitos e à promoção de justiça social enfrentam o desafio de equilibrar a necessidade de recursos com a manutenção da integridade institucional e do compromisso com as causas que defendem. Renunciar à própria missão para atender às necessidades e demandas de um investidor em prol da sobrevivência financeira é um risco enorme para o desenvolvimento institucional das OSCs.

Sabendo-se que é “*na ponta*” que a transformação acontece, ainda que a relação de poder seja assimétrica, vale sempre propor o diálogo com organizações apoiadoras de maneira a demonstrar a relevância de se estabelecer relações mútuas de confiança em prol de objetivos comuns, respeitando as formas de atuação, premissas e políticas institucionais próprias das organizações da sociedade civil.

As tendências indicam que há uma parte da filantropia se desafiando a avançar no apoio ao desenvolvimento institucional das OSCs parceiras, na agenda da diversidade e inclusão, no reconhecimento do cuidado da saúde mental nas organizações, etc. (IDIS, 2025).

3.5 Desafios para as OSCs

- É crucial buscar diversificar fontes de recursos, compondo apoios do campo filan-

³³ Mônica De Roure. COLABORA, Artigo, ODS 17 • Publicada em 6 de fevereiro de 2025: <https://projetocolabora.com.br/ods17/complexidades-do-brasil-demandam-uma-filantropia-mais-ousada/>



trópico com organizações de outra natureza (CID, fundos independentes, diversas formas de doações de pessoas físicas, etc.), sempre e quando alinhado às suas missões.

- Redes e coalizões podem ser espaços relevantes para negociar coletivamente com investidores e advogar por editais flexíveis.
- Investir em intercâmbio e formação relacionados às práticas de gestão, à cultura institucional e ao desenvolvimento institucional sistêmico.

4. Fundos independentes

Os fundos independentes³⁴, expressões da filantropia comunitária, representam uma alternativa crescente e estratégica para a sustentabilidade financeira das Organizações da Sociedade Civil e movimentos sociais, assim como para associações, cooperativas e pequenos grupos que se organizam em torno de uma causa. Isto é mais relevante ainda no contexto de desafios, como a dependência de recursos públicos e/ou internacionais, o excesso de burocracia e a concorrência por financiamentos.

Segundo instituições integrantes da Rede Comuá³⁵, evidencia-se nos últimos anos o fortalecimento dos fundos independentes e das fundações comunitárias, dentro de uma abordagem de filantropia comunitária, que é compreendida aqui como uma filantropia que não está ligada diretamente ao investimento social privado, que tem uma diversidade de fontes, e que tem por característica apoios mais flexíveis, com a promoção de uma agenda mais diversa. Essa filantropia comunitária é resultado do amadurecimento dos próprios fundos independentes, nos quesitos gestão, monitoramento e na produção de conhecimento, trazendo uma importante colaboração para o campo filantrópico.

A filantropia brasileira, tradicionalmente elitista e elitizada, branca, centrada no Sudeste e, principalmente, em suas próprias iniciativas, têm aberto espaços de diálogo e tem dado eco ao chamado para fazer com que os recursos cheguem mais “na ponta”, nas periferias, nas pequenas organizações e comunidades, na linha do discurso da decolonialidade.

³⁴ Esses fundos são fontes de financiamento criadas e administradas de forma autônoma por fundações independentes, grupos de filantropos, movimentos e instituições ou organizações da sociedade civil, sem vínculo direto com o governo ou com grandes corporações, os quais, via de regra, disponibilizam recursos por meio de chamadas públicas e cartas convite.

³⁵ A Rede Comuá, criada em 2012 com o nome Rede de Fundos Independentes para a Justiça Social, reúne atualmente 18 organizações doadoras de caráter independente, como fundos temáticos, comunitários e fundações comunitárias (www.redecomua.org.br).



Os fundos independentes recebem recursos principalmente de organizações de cooperação internacional, ainda que a participação de organizações de filantropia brasileira e de outras fontes nacionais também seja relevante.

Durante a Pandemia de Covid-19, houve um grande salto de doações, principalmente de empresas, mas que arrefeceram, retornando ao patamar anterior a 2020. Esta afirmação denota que, no Brasil, é possível mobilizar a sociedade para a doação em situações de emergência, mas têm-se muita dificuldade para conseguir apoio constante para a defesa e promoção de direitos. Esta é uma questão importante, que coloca o desafio de educação da própria filantropia e da cultura de doação brasileira. A sociedade brasileira carece deste despertar. Essa é uma reflexão que precisa ser aprofundada, com muita seriedade.

Os fundos e fundações identificados com a filantropia comunitária, que gerenciam e distribuem recursos financeiros, têm como característica comum o compromisso com a justiça social, contribuindo com ações que garantem uma agenda positiva de direitos humanos, civis, sociais, econômicos e culturais. Isto significa que o apoio é dado tanto para grandes projetos ou grandes OSCs, mas também para o apoio a projetos e organizações de pequeno porte orçamentário que atuam no desenvolvimento comunitário de uma localidade específica, mas sempre conectando o foco territorial com os temas de justiça social.

Neste sentido, os fundos e OSCs identificados com a filantropia comunitária tem critérios institucionais e técnicos bem elaborados voltados para a boa aplicabilidade do recurso. Do ponto de vista técnico o projeto tem que ser bem escrito, deve ter um objetivo claro, com um orçamento compatível. Interessa que o projeto multiplique as ações da comunidade, que promova mudanças, que seja coletivo, que reflita sobre gênero, raça, assim como, que compartilhe responsabilidades e poderes internos.

4.1 Tendências atuais: avanços e retrocessos

i. Os fundos independentes possibilitam uma forma de mitigar um dos principais desafios que as OSCs enfrentam, que é a dependência de recursos públicos, possibilitando uma maior autonomia financeira às organizações.

ii. Os fundos independentes oferecem maior liberdade para as OSCs utilizarem os recursos de maneira mais estratégica e menos burocrática. Com isso, as organizações podem ser mais ágeis na implementação de suas atividades.



No entanto, a depender do financiador, esta realidade tem mudado. Alguns financiadores têm sido bem rigorosos nas rubricas definidas nos apoios.

“Nós estamos cada vez mais tendo que nos render também às exigências do financiador e, lamentavelmente, as agências internacionais têm endurecido muito com as organizações que atuam com pequenos projetos. A gente não pode ser criminalizado, senão a gente perde a verba; em contrapartida, a gente também acaba endurecendo com os grupos que nos recorrem” (depoimento para este estudo).

iii. A falta de diversificação nas fontes de financiamento é um grande desafio para muitas OSCs, que dependem de um número reduzido de fontes, geralmente públicas, para sua manutenção³⁶, o que se configura em um grande desafio. No entanto, a partir da Lei MROSC é permitido recursos para a manutenção das OSCs. A cooperação internacional, por outro lado, está cada vez menos aberta a liberar recursos para a manutenção das OSCs.

iv. Neste sentido, observamos que o conjunto dos fundos independentes entrevistados afirma a possibilidade de fortalecimento institucional, apoiando as necessidades das organizações e movimento, compreendido como “o apoio às atividades que fortalecem o DI (desenvolvimento institucional) de uma equipe, de um grupo, por exemplo, um planejamento, uma formação em determinada área” (depoimento para este estudo).

“Mas a gente sabe que até alguns anos atrás, havia a narrativa de que os grupos locais não têm capacidade de gestão” (depoimento para este estudo).

v. Além disso, a mudança da agenda da CID torna as OSCs vulneráveis a cortes e mudanças nas prioridades de financiamento. A “bola da vez” são recursos para a mitigação das mudanças climáticas, como a *Alianza Socioambiental Fondos del Sur*, que aparece como estratégia inovadora. E aqui é possível dialogar com o conceito de colonialidade. Até que ponto a agenda da CID do Norte Global pode determinar a ação das organizações nos países do Sul Global?

Neste sentido, é importante debater que há sim uma apropriação do discurso sobre decolonialidade por parte de financiadores internacionais e nacionais. No entanto, observa-se que essa apropriação do discurso não se configura em novas práticas. É possível

³⁶ Especialmente a remuneração da equipe encarregada da execução do trabalho, quadro de pessoal próprio da organização, o que compreende despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, férias, décimo terceiro salário, entre outros.



observar que permanecem práticas consideradas perversas, que estimulam a competitividade entre fundos para acesso aos financiamentos.

Observando ainda as tendências atuais, os participantes da pesquisa para este trabalho indicam retrocesso nas agendas relacionadas à população LGBTQIA+. A questão racial entrou em pauta com financiadores de maneira mais intensa, mas ainda não são percebidos grandes resultados (mudança na qualidade de vida e garantia de direitos das populações periféricas, pessoas negras em cargos/espacos de liderança). A mudança é percebida como mais discursiva do que prática.

4.2 Dificuldades e desafios evidenciados

No entanto, a principal dificuldade para as OSCs é que, mesmo com a existência e ampliação de fundos e fundações independentes, muitas OSCs ainda não têm uma estratégia sólida de captação de recursos, nem sabem como mobilizar esses fundos de forma eficaz. Além disso, o acesso a esses fundos pode exigir que as OSCs se adaptem a novas exigências e modelos de governança, como a medição de impacto e a prestação de contas mais rigorosa. Este segue sendo um desafio estratégico a ser resolvido.

Os fundos independentes comprometidos com a defesa de direitos, não raro contribuem com suporte técnico e capacitação às organizações apoiadas: alguns fundos independentes não se limitam a fornecer financiamento, mas também oferecem capacitação administrativa, treinamentos em gestão financeira, planejamento estratégico e avaliação de impacto. Isso permite que as OSCs fortaleçam suas capacidades internas e melhorem sua eficiência operacional. Assim como é possível observar a tendência de os fundos independentes oferecerem formação para as OSCs e coletivos, para que os mesmos se capacitem para sua participação nos editais, como é o caso da FLD (Fundação Luterana de Diaconia) e FBDH (Fundo Brasil de DH).

Mas, mesmo com o apoio dos fundos independentes, muitas organizações ainda enfrentam dificuldades em gerir adequadamente os recursos, especialmente as pequenas OSCs, que carecem de equipe técnica qualificada. Investir em gestão profissionalizada e estruturar processos internos de maneira eficiente pode ser um desafio, especialmente quando os recursos financeiros são limitados.



4.3 Desafios para OSCs menores

- Pequenas OSCs podem não ter o know-how necessário para elaborar propostas robustas ou para comprovar impacto social de forma eficaz. Isso cria um ciclo de exclusão, onde apenas as organizações mais estabelecidas têm acesso a esses recursos.
- Grau de exigências de prestação de contas muitas vezes desproporcional ao volume de recursos apoiado, sobretudo quando o valor é relativamente pequeno. Nessas situações, gera-se um sentimento negativo na organização, de falta de confiança do parceiro apoiador. Outro efeito, este bem mais concreto, é o trabalho extra necessário para dar conta das exigências administrativas e financeiras, se, suporte financeiro adicional para isto.
- Sentimento similar ao que emerge relação com os auditores que, não raras vezes, se mostram impositivos e inflexíveis perante as circunstâncias da organização. Muitos auditores assumem a premissa que há desonestidade na organização, que há má fé, que o outro é desonesto, demonstrando um total desconhecimento das diversas realidades das OSCs, fazendo eco ao cenário de criminalização da sociedade civil.
- Outro ponto importante é que os fundos independentes têm um papel muito importante e estratégico no apoio a iniciativas locais, muitas vezes ainda embrionárias. Parte destas iniciativas não têm nem sequer CNPJ.

4.4 Desafios dos fundos independentes

A crescente preocupação com a sustentabilidade dos projetos e a boas práticas de governança tem levado os fundos independentes a adotar abordagens mais rigorosas para a gestão de recursos e monitoramento de impacto.

Neste sentido,

- Alguns fundos independentes implementam sistemas de avaliação de impacto, o que leva as OSCs a se aprimorarem na medição dos resultados de seus projetos e a demonstrar sua eficiência e transparência para novos financiadores. Esse tipo de suporte contribui para a sustentabilidade organizacional, pois promove boas práticas de gestão.
- Os fundos independentes também incentivam as OSCs a adotar modelos de governança mais robustos, com processos mais transparentes e mecanismos de controle e



prestação de contas mais eficazes. Isso fortalece a credibilidade da organização, atraindo mais recursos e parcerias.

- Embora os fundos independentes ofereçam mais flexibilidade, existe uma grande preocupação com a transparência e a prestação de contas por parte dos financiadores. Se os fundos não forem administrados de maneira transparente, isso pode prejudicar a confiança das OSCs em relação ao processo de financiamento e ao uso adequado dos recursos, prejudicando a colaboração e comprometendo a eficácia dos projetos.

- Sobre novas captações, a percepção é que será necessário fortalecer a visibilidade e a identidade do fundo. No entanto, observa-se que os fundos independentes ainda dependem muito da CID, o que expressa fragilidade relativa de sua sustentabilidade.

Existe uma preocupação muito grande com a possível saída de financiadores históricos em agendas de justiça social e direitos humanos. Observa-se aqui um movimento contraditório. Em um dos depoimentos realizados para este trabalho foi sintetizado que *“a partir do momento que o Brasil melhora, tem melhores índices de inflação, índices econômicos e tal, a filantropia internacional deixa de se interessar pelo Brasil. Então, ao mesmo tempo que se tem vitórias no campo dos direitos, se tem retrocessos no investimento da filantropia”*.

- Dificuldade de os recursos dos fundos independentes chegarem à sociedade civil de base, como no caso do Fundo Amazônia, por exemplo.

- Embora os fundos independentes possam garantir financiamento inicial, muitos enfrentam dificuldades em garantir a sustentabilidade a longo prazo. A volatilidade econômica, mudanças nas prioridades dos financiadores, e as flutuações no ambiente político podem afetar a continuidade dos recursos para projetos sociais.

- Desafio na mensuração de impacto: embora seja uma boa prática, a medição do impacto social pode ser um processo complexo, que exige a implementação de indicadores específicos, a coleta de dados qualitativos e quantitativos, e a análise de longo prazo dos resultados. Muitas organizações têm dificuldade em desenvolver esses sistemas de monitoramento.

Uma das características mais exigentes dos fundos independentes, especialmente dos fundos de impacto social, é a avaliação de resultados e a medição de impacto social. Esses fundos exigem que as OSCs implementem sistemas para monitorar e demonstrar o



impacto de suas ações de maneira clara, transparente e mensurável.

- A existência de protocolos e políticas (código de conduta, política de equidade de gênero, de equidade racial, de comunicação institucional, de justiça socioambiental e climática, entre outras) é vista como fator positivo para a captação de recursos. Indicam que muitos editais da CID são exigentes, solicitam estas políticas, que já foram construídas e estão vigentes.

4.5 Em síntese

Os fundos independentes representam uma solução promissora para a sustentabilidade das OSCs, oferecendo maior autonomia financeira e diversificação de fontes de financiamento. No entanto, existem desafios significativos, como os relacionados acima.

Para que os fundos independentes cumpram seu pleno potencial, será necessário investir em capacitação, estratégias de governança robustas e monitoramento, avaliação e aprendizagem. Além disso, um esforço conjunto para ampliar o acesso dessas fontes de recursos a organizações de menor porte será essencial para garantir a inclusão e a equidade no financiamento das iniciativas sociais.

É importante ter presente que os fundos independentes muitas vezes são mais acessíveis para todos os tipos de organizações. Seu foco preferencial tende a ser movimentos e organizações menores e territoriais. Organizações com estruturas robustas e experiência em gestão financeira e prestação de contas têm maiores dificuldades de acessá-los. Algumas organizações menores, especialmente aquelas em áreas de alta vulnerabilidade ou periferias, podem ter dificuldades em acessar esses fundos devido à falta de capacitação, infraestrutura administrativa e experiência com gestão de recursos externos.

Por ocasião da pesquisa junto a organizações parceiras de PPM no Brasil³⁷, foi perguntado se os fundos independentes favoreciam a sustentabilidade das OSCs, obtendo-se as seguintes respostas:

“Fundos independentes favorecem as instituições com a destinação de recursos para ações, porém há ainda desafios na execução devido ao alto nível de exigibilidade na gestão”.

“Nós tivemos boas experiências com fundos nacionais, pela sua capacidade de demo-

³⁷ Precedendo ao presente estudo, foi realizada uma pesquisa sobre a sustentabilidade das cerca de 40 organizações parceiras de PPM (Pão para o Mundo) no Brasil.



cratizar recursos, de apoiar iniciativas que fomentassem a luta pelos direitos das mulheres, e pela sua política de parcerias com organizações de diferentes tamanhos e acúmulos”.

“A coalizão de fundos independentes e comunitários, inclusive por incidência da Rede Comuá, tem favorecido a construção de agendas conjuntas e trocas para ampliação e construção mútua de capacidades”.

“O direcionamento de recursos diretamente para os territórios e ou grupos específicos (organizações comunitárias, de mulheres, de juventude etc.), sem passar pelas organizações é positivo porque, de certa forma, representa um exercício de autonomia e acesso à recursos e, poderá, num futuro, reduzir a dedicação institucional para assessorar esses grupos nesta área”.

“(...) Têm uma estratégia que permite maior liberdade do uso dos recursos doados para ações institucionais e para mudanças de atividades em face às necessidades conjunturais e contextuais. Infelizmente, esse recurso não é suficiente”.

5. Negócios e investimentos de impacto

É evidente a emergência no Brasil nos últimos anos de um campo de organizações do assim chamado setor de negócios de impacto social e ambiental. A partir da década de 2010, o Brasil começou a incorporar práticas, processos e modelos de inovação social, e o investimento de impacto tem ganhado cada vez mais relevância. Este novo campo de iniciativas vem se consolidando como um novo subsetor ou ecossistema de atuação, oportunizando novas possibilidades de atuação para empresas e OSCs.

Algumas OSCs consultadas para este estudo apontam que parte dos recursos têm migrado para o campo de negócios de impacto. Diz-se que isso impacta diretamente o campo das organizações da sociedade civil e movimentos sociais que lutam por direitos e transformação social, onde se situam.

Ainda que não exista um consenso sobre a caracterização das iniciativas (um negócio de impacto pode se definir desta forma, mas uma cooperativa ou um banco comunitário também podem compor este campo), pode-se dizer que os negócios e investimentos de impacto buscam gerar lucro e influenciar mudanças sociais ou socioambientais, oferecendo produtos e serviços que se pretendem inovadores e escaláveis.



No Brasil, organizações como Vox Capital e Artemísia foram pioneiras, com destaque para a influência de programas e organismos internacionais na promoção da nova agenda, que buscou uma perspectiva mais ampla e inclusiva. Essa mudança se reflete nas transformações das terminologias, passando de “finanças sociais” para “investimentos e negócios de impacto” e, mais recentemente, para “economia de impacto”. Outro ator relevante neste campo, o Instituto de Cidadania Empresarial (ICE) produziu documentos e definições, mobilizou atores e organizou eventos. Atualmente, a Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto continua esse trabalho, consolidando e ampliando a agenda deste campo no país³⁸.

Esses negócios estão inseridos em um campo que envolve incubadoras, aceleradoras, investidores e fundações, os quais oferecem suporte na busca e aplicação de soluções para os problemas que enfrentam e que permitem atingir seus objetivos.

5.1 Características gerais do setor

As principais características que definem o campo de impacto, incluem:

- **Finalidade social ou ambiental**: O objetivo primário desses negócios é gerar impacto positivo, promovendo inclusão social, práticas sustentáveis ou acesso a serviços básicos, como saúde e educação.
- **Sustentabilidade financeira**: Para operar no mercado de forma independente, esses negócios precisam ser financeiramente sustentáveis, embora frequentemente dependam de investimentos de impacto para crescer.
- **Modelo de governança híbrido**: Estruturas híbridas, que combinam elementos de empresas e organizações sem fins lucrativos, são uma característica comum desses negócios. Essas estruturas priorizam o impacto social e a transparência, mas também enfrentam desafios regulatórios no Brasil.
- **Adoção de métricas de impacto**: Para medir e assegurar seus resultados sociais e ambientais, muitos negócios utilizam ferramentas reconhecidas internacionalmente, como IRIS+, GIIRS ou SROI (Social Return on Investment).

O campo brasileiro de negócios de impacto apresenta características diversificadas,

³⁸ Para conhecer mais estas iniciativas, acesse: <https://voxcapital.com.br/>, <https://artemisiam.org.br/>, <https://ice.org.br/>, <https://aliancapeloimpacto.org.br/>



abrangendo setores como educação, saúde, agricultura sustentável, energia renovável e tecnologia para inclusão. Apesar de promissor, ainda enfrenta uma série de desafios significativos, da viabilidade econômica das iniciativas, à ampliação da escala e a superação de barreiras regulatórias.

5.2 Dados relevantes

Segundo o último Mapa de Negócios de Impacto Social e Ambiental no Brasil, elaborado pela Pipe.Social, o Brasil conta com aproximadamente 1.000 negócios de impacto, distribuídos por várias regiões e setores econômicos.

Entre os dados relevantes apresentados pelo relatório, destacam-se:

- **Setores prioritários:** A maior parte dos negócios de impacto está concentrada nos setores de educação (23%), saúde e bem-estar (20%) e tecnologias sustentáveis para a agricultura (15%). Esses segmentos atraem a maior parte dos investimentos e do apoio de aceleradoras e incubadoras.

- **Investimentos em crescimento:** Entre 2019 e 2021, os negócios de impacto no Brasil receberam cerca de R\$ 3,5 bilhões em investimentos. O foco tem sido em empreendimentos que alinham crescimento financeiro com objetivos de impacto mensurável.

- **Perfil dos investidores:** Os principais investidores incluem fundações, fundos de venture capital com foco social e fundos corporativos estratégicos. Estima-se que 70% dos recursos investidos sejam de capital nacional, enquanto 30% têm origem internacional. Segundo o Censo GIFE 2022-2023, quase metade dos associados GIFE (49%) teve algum tipo de envolvimento com o campo de negócios de impacto.

- **Parcerias com o setor público:** Em média, 35% dos negócios de impacto colaboram com instituições públicas em áreas como saúde, educação e assistência social. Essas parcerias têm sido fundamentais para escalar os modelos de impacto e integrar os negócios a políticas de inovação social.

- **Distribuição territorial:** A maior concentração de negócios de impacto encontra-se na região Sudeste do Brasil, refletindo a centralização que existe no campo social em geral (incluindo ISP e filantropia).

Esses dados evidenciam que os negócios de impacto no Brasil possuem uma infraes-



estrutura crescente de apoio financeiro e capacitação para empreendedores sociais. Apesar disso, ainda há desafios importantes, como a concentração regional e a desconexão com a realidade do país.

5.3 Mecanismos típicos de atuação

Os negócios de impacto utilizam diversos mecanismos para criar e sustentar impacto social e ambiental, entre os quais destacam-se:

- **Modelo de negócio de baixo custo e escalável:** Muitos negócios de impacto adotam modelos de baixo custo e fácil escalabilidade, que possibilitam alcançar um maior número de beneficiários com um custo acessível. Esse modelo é comum em negócios que visam oferecer serviços essenciais, como educação online, saúde preventiva e saneamento básico.

- **Parcerias com aceleradoras e incubadoras de impacto:** Organizações como Artemisia, Sitawi, Quintessa, e Impact Hub oferecem suporte em capacitação, mentoria e conexão com investidores. Essas parcerias ajudam os negócios de impacto a estruturar seus modelos e a definir estratégias de crescimento e de avaliação de impacto.

- **Investimento de impacto:** São recursos financeiros aportados por investidores que buscam retorno financeiro, mas que também exigem que o negócio tenha resultados sociais ou ambientais positivos. Fundos de impacto, como Vox Capital e Wright Capital, são alguns dos exemplos de investidores que apoiam o setor.

- **Uso de tecnologias inclusivas:** Muitos negócios de impacto adotam inovações tecnológicas que permitem atender a populações de baixa renda e regiões remotas. Tecnologias móveis, aplicativos de saúde e plataformas de e-learning são amplamente utilizadas para democratizar o acesso a serviços essenciais.

- **Métricas de impacto e transparência:** Para garantir que o impacto social e ambiental esteja sendo alcançado, esses negócios implementam sistemas rigorosos de monitoramento e avaliação. A adoção de métricas de impacto é considerada fundamental para a legitimidade e a sustentabilidade desses empreendimentos no mercado. O que acontece é que muitas vezes as métricas são vagas, incompletas ou focadas em números (ex.: “beneficiários atendidos”) sem avaliar transformações profundas.



5.4 Avanços e potencialidades

O governo brasileiro tem buscado organizar e normatizar a agenda de negócios de impacto por meio da Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (Enim-impacto). Essa iniciativa, criada em 2023, tem como objetivo fortalecer o setor ao ampliar a oferta de capital e o número de negócios dessa categoria. Além disso, a estratégia visa promover a disseminação de conhecimento sobre a área, incentivar a geração de dados e fomentar a capacitação e conexão entre os diversos atores envolvidos.

No Brasil, os negócios e investimentos de impacto têm um potencial para aportar no desenvolvimento econômico, criando empregos, gerar renda e promover inovações que atendam às necessidades sociais, ao mesmo tempo em que podem agregar valor às comunidades e ao meio ambiente.

A incorporação de inovação tecnológica também desempenha um papel crucial, pois permite o desenvolvimento de soluções escaláveis que ampliam o alcance dos negócios de impacto. Nesse sentido, a formação de parcerias entre empresas, investidores, universidades, poder público e organizações da sociedade civil podem potencializar ainda mais os resultados, combinando recursos e expertise em busca de objetivos comuns.

5.5 Desafios e lacunas

Cabe avaliar até que ponto essas iniciativas têm gerado resultados concretos e sustentáveis no enfrentamento dos desafios socioeconômicos e ambientais. Questões como a efetiva ampliação da base de negócios de impacto, a inclusão de atores da economia social solidária e o impacto real das ações sobre as desigualdades sociais e ambientais permanecem em aberto, exigindo acompanhamento contínuo e maior reflexão crítica.

Outro ponto a ser considerado é o otimismo exacerbado em torno do investimento de impacto, que gera expectativas desconectadas da realidade, mantendo-se no campo das potencialidades não concretizadas. Essa visão frequentemente resulta na promoção e implementação de abordagens inadequadas, onde a realidade prática nem sempre corresponde às previsões idealizadas. Compreender o perfil das lideranças destes negócios é fator chave. Negócios liderados por elites urbanas podem impor soluções desconectadas das reais necessidades de comunidades tradicionais, por exemplo, perpetuando dinâmicas de poder.



Muitos negócios de impacto enfrentam barreiras significativas para crescer, seja pela falta de acesso a financiamento, seja pelas dificuldades operacionais e mercados limitados. As organizações de apoio, como aceleradoras e incubadoras, frequentemente dependem de subsídios e doações, enfrentando também dificuldades para encontrar modelos financeiros sustentáveis. Além disso, a desconexão com o campo da sociedade civil que promove direitos pode excluir vozes e perspectivas relevantes, reduzindo o impacto transformador que esses negócios poderiam alcançar.

Enfrentando essas dificuldades, os negócios e investimentos de impacto têm o potencial de oferecer oportunidades para a diversificação das fontes de financiamento e parceria com as OSCs. No entanto, é necessário equilibrar as demandas do mercado por retornos e o conhecimento profundo sobre as necessidades reais das comunidades onde as iniciativas se desenvolvem.

5.6 Desafios para as OSCs

- Fortalecimento da articulação e do debate crítico com negócios de impacto;
- Colaboração com negócios de impacto que tenham alinhamento ético, atuando em parceria;
- Apoio a cooperativas, bancos comunitários e outras formas de organização que priorizem o bem comum sobre o lucro; e
- Discernimento de que nem toda solução social precisa ser um “negócio”, promovendo-se iniciativas públicas e comunitárias.



PARTE III

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES



6. Considerações finais

As evidências sistematizadas por este estudo indicam que a sustentabilidade das OSCs brasileiras não só não vai bem, como têm se deteriorado. Vários fatores que influenciam direta e/ou indiretamente as condições sociopolíticas, gerenciais e financeiras da sustentabilidade do campo OSC no Brasil vêm dando sinais de retrocesso, gerando contextos adversos e incertos.

É importante constatar que, enquanto o número de OSCs vem crescendo no país, segundo o Mapa das OSCs do IPEA, o volume de recursos não parece acompanhar este movimento, pelo contrário. Todos os dados acessados neste estudo indicam uma tendência de redução consistente dos recursos da cooperação internacional ao desenvolvimento, oficial e não oficial, fato este agravado pelo ataque recente da administração Trump à USAID.

Pois bem, examinemos as alternativas... O apoio público governamental via MROSC, responsável por cerca de R\$ 2.830.000,00 entre 2016 e 2022, vem mostrando relativa estabilidade ao longo do tempo, sem acréscimos relevantes no volume anual de recursos disponibilizados. E, para piorar, 82% destes recursos foram disponibilizados via emendas parlamentares, ora sob escrutínio do STF e CGU, com efeitos negativos para o campo OSC, inclusive em termos reputacionais.

Outra alternativa potencial é o campo filantrópico e do ISP que, segundo o GIFE, desembolsou cerca de R\$ 4,8 bilhões em 2022; já a Pesquisa BISC 2024 da Comunitas³⁹, tendo por base o ano de 2023, identificou cerca de R\$ 4,410 bilhões de investimento social corporativo (em crescimento, mas sem repor as perdas de 2022). Esses são números relevantes, sobretudo se comparados com os recursos públicos via MROSC entre 2016 e 2022, acima indicados, mas ainda muito aquém das necessidades da sociedade civil organizada e longe das possibilidades das grandes empresas. Saliente-se que as áreas privilegiadas, sobretudo pelo apoio corporativo, são tradicionalmente educação e cultura, campo considerado seguro do ponto de vista da reputação das empresas. Ademais, boa parte das vezes, o apoio se dá via iniciativas próprias e não do apoio aos projetos das OSCs.

Os fundos independentes, que têm aumentado paulatinamente sua contribuição fi-

³⁹ A Comunitas (<https://comunitas.org.br/>) é uma Ong criada no ano de 2000, especializada em modelar e implementar parcerias sustentáveis entre os setores público e privado, com o intuito de gerar maior impacto do investimento social. O BISC é uma pesquisa com periodicidade anual que busca identificar padrões de investimento social corporativo, cuja base de dados é o conjunto das empresas parceiras.



nanceira ao campo OSC, revelam uma enorme dependência da CID o que, dado o contexto internacional e tendências perceptíveis, coloca um significativo risco de estabilização ou mesmo redução do volume de recursos doados para os próximos anos.

Em suma, tudo indica que a tendência mais realista em relação às principais fontes de apoio às OSCs é de retração em alguns casos (CID), grande risco de redução em alguns setores (fundos independentes) e estabilidade em outros (MROSC, ISP), em um contexto geral de enorme instabilidade e incerteza.

Se, do ponto de vista dos recursos, as notícias e tendências para a sustentabilidade das OSCs não são boas, no front político, nacional e internacional, elas parecem ser bem piores.

O contexto internacional sinaliza para o fortalecimento das forças de direita e de extrema direita pelo mundo, de parlamentos dominados pelos conservadores, de governos que rompem abertamente com os limites democráticos mais básicos, e de uma cultura política e popular que se afasta perigosamente dos valores que regem uma sociedade democrática, solidária e justa.

Este contexto tem tido e seguirá tendo efeitos perversos sobre a cooperação internacional ao desenvolvimento, tanto em relação à já citada redução de recursos, mas, sobretudo, quanto ao sentido da ajuda internacional e à própria sustentabilidade do atual modelo de ajuda ao desenvolvimento. Tudo leva a crer que assistiremos à crise deste modelo e à emergência de um novo padrão de “ajuda”, potencialmente menos ético e solidário.

O contexto político nacional tampouco inspira esperanças. A deterioração do pacto social instaurado pela Constituição de 1988, a força social e parlamentar de grupos e partidos conservadores, de direita e mesmo de extrema direita, os sérios limites do atual governo federal em transformar políticas públicas em apoio social e as enormes dificuldades da esquerda em oferecer um imaginário mobilizador no atual contexto, emitem sinais de alerta potentes acerca dos riscos de retrocessos políticos no curto e médio prazo.

O campo OSC, por sua vez, se é capaz de mostrar força, articulação e ativismo em algumas agendas específicas (como a do clima e a dos direitos indígenas, por exemplo), não mostra protagonismo, capacidade de articulação política e de disseminação de narrativas aptas a mobilizar adesão social e política necessária para fazer frente às ameaças do atual contexto.



Os tempos vindouros exigirão muito mais das OSCs. Eles exigirão politização das relações e dos padrões de apoio e ajuda herdados historicamente. Tratar-se-á de resiliência, certamente, mas não só; será necessário revisão de paradigmas arraigados, a superação da cultura política de acomodação, dependência e vitimismo, e um renovado (pro)ativismo, em mobilização social e no fortalecimento das organizações e de suas redes.

Movimentos sociais, partidos de esquerda e Ongs necessitam re-encantar a sociedade, a partir de um ideário e de um imaginário capaz de mobilizar corações e mentes em prol de uma esperança renovada.

Disso depende, no fundo, a sustentabilidade do campo OSC no Brasil.

7. Recomendações

7.1 Recomendações às OSCs

- a) Desenvolver renovados esforços pela redução da dependência e ampliar a diversificação de fontes de apoio e parceria;
- b) Intensificar a mobilização de recursos com base em uma estratégia de sustentabilidade institucional definida e na formação continuada sobre o tema;
- c) Qualificar e intensificar as relações de parceria e confiança com os atuais apoiadores, de todos os tipos;
- d) Criar e/ou fortalecer fundos de reserva como mecanismo de mitigação de situações críticas e/ou de transição;
- e) Desafiar-se a inovar nas estratégias de mobilização de recursos, seja junto a indivíduos, empresas, organizações do ISP e filantrópicas, etc.;
- f) Desenvolver elaboração de projetos abrangentes, juntamente com outras organizações, visando novas parcerias com a cooperação internacional;
- g) Organizar internamente a captação de recursos, seja via uma pessoa dedicada a isso ou um grupo de trabalho, eventualmente, com consultoria externa;
- h) Participar de iniciativas gratuitas e/ou pagas de formação sobre mobilização de recur-



sos e capacitar uma equipe interna sobre o tema;

i) Investir esforços e recursos no desenvolvimento de estratégia de comunicação, focada no posicionamento político institucional, numa narrativa persuasiva sobre sua causa e seu papel, em conexão com a estratégia de sustentabilidade;

j) Atualizar e aperfeiçoar o sistema de governança institucional, sobretudo o número e perfil de associados, a comunicação regular com eles, a qualidade das assembleias e a constituição de conselhos atuantes;

k) Dedicar renovados esforços para sanar deficiências e/ou insuficiências na gestão administrativa, financeira e contábil, evitando riscos de criminalização;

l) Assegurar a formulação, capacitação e implementação prática de políticas de salvaguardas;

m) Ampliar os mecanismos de transparência institucional, especialmente no website, disponibilizando estatutos atualizados, prestação de contas, fontes de apoio e parceria, auditorias de projetos e institucional;

n) Maior investimento em sistematização participativa de experiências e produção de conhecimento, reforçando a reputação institucional;

o) Participar e incidir de forma mais proativa e articulada nos espaços de diálogo com financiadores acerca de suas necessidades e desafios, sejam eles da CID, filantropia/ISP, fundos independentes ou instituições governamentais.

7.2 Recomendações às organizações da CID

a) Ampliar a transparência e o fluxo de informações às organizações parceiras sobre seus respectivos contextos nacionais, tendências, oportunidades e riscos futuros;

b) Participação em diálogos políticos com as instituições da filantropia e do investimento social privado brasileiros sobre o atual aprofundamento da crise da cooperação internacional e seus eventuais efeitos negativos;

c) Rever exigências relacionadas aos modelos e instrumentos de prestação de contas exigidos às OSCs apoiadas. O nível atual das exigências da prestação de contas é totalmente contraproducente. Se faz necessário fortalecer as relações de confiança, sem abrir



mão das boas práticas de gestão, de maneira que as organizações beneficiárias possam se concentrar nas suas missões, naquilo que mais importa.

d) Neste sentido, sugere-se desenvolver diálogos com organizações parceiras, organismos locais (ABONG, ELO, CAIS, etc.), escritórios de contabilidade, auditores, etc., visando proposição de soluções mais adequadas para que as OSCs possam satisfazer as necessidades administrativas da organização internacional com mais recursos, menor esforço e risco;

e) Ampliar o apoio direto e/ou indireto ao desenvolvimento institucional das organizações parceiras, visando fortalecer capacidades necessárias para que elas possam enfrentar o difícil contexto vindouro;

f) Apoiar e fortalecer as organizações locais que oferecem suporte, consultoria e capacitação ao campo das OSCs de defesa de direitos;

g) Fortalecer e ampliar o apoio aos fundos independentes e quanto a organizações intermediárias capazes de grande capilaridade e rapidez no apoio aos movimentos, grupos e organizações de pequeno porte e/ou distantes dos grandes centros;

h) Apoiar campanhas públicas de valorização e projeção as OSCs no espaço público como promotoras de direitos, de democracia e de justiça social;

i) Apoiar articulação e intercâmbio entre OSCs do Sul Global, visando reforçar resiliência, aprendizados e inovações.

7.3 Recomendações ao governo/MROSC

a) Capacitação dos funcionários dos órgãos públicos que enfrentam dificuldades para se adaptar às novas exigências legais;

b) Capacitação das OSCs, especialmente as menores, com menor estrutura, que enfrentam dificuldades para se adaptar às novas exigências legais, para compreensão da Lei;

c) Aprofundamento da transparência e controles sociais dos recursos públicos, com revisão das normativas das emendas parlamentares, processo já em andamento nos acordos do STF com o Congresso.



7.4 Recomendações às organizações filantrópicas/ISP

- a) Desenvolver e participar de iniciativas de diálogo sobre o desafio atual da sustentabilidade do campo OSC no Brasil, visando alinhamento e atualização de prioridades, estratégias e modalidades de apoio para minimizar os riscos de perda de recursos no campo como um todo;
- b) Investir mais em intercâmbio e formação relacionados às práticas de gestão, à cultura institucional e ao desenvolvimento institucional sistêmico das OSCs;
- c) Apoiar campanhas públicas de valorização e projeção as OSCs no espaço público como promotoras de direitos, de democracia e de justiça social;
- d) Apoiar financeiramente os fundos independentes e os fundos territoriais;
- e) Investir em projetos experimentais, iniciativas de risco e em inovações técnicas/tecnológicas que envolvam e fortaleçam as OSCs;
- f) Favorecer diálogos entre o campo OSC e o ecossistema de negócios de impacto.

7.5 Recomendações aos fundos independentes

- a) Estabelecer diálogos com o governo federal e Confoco acerca das possibilidades de apoio aos fundos independentes via MROSC;
- b) Intensificar o apoio financeiro e o aporte técnico em desenvolvimento institucional às organizações apoiadas;
- c) Aprofundar a reflexão e a produção e sistematização de conhecimentos acerca de formas mais adequadas de evidenciar resultados e impactos das OSCs, sobretudo das organizações pequenas e/ou territoriais;
- d) Apoiar campanhas públicas de valorização e projeção as OSCs no espaço público como promotoras de direitos, de democracia e de justiça social.

PARTE IV

ANEXOS

Pessoas entrevistadas⁴⁰

- Allyne Andrade e Silva – Direção Executiva Adjunta – Fundo Brasil de Direitos Humanos
- Athayde Mota – Consultor
- Candice Araújo – ELO
- Cássio França – Secretário Geral do GIFE
- Cristina Orpheo – Direção Executiva – Fundo Casa Socioambiental
- Daiane Dultra – Consultora
- Dimas Galvão – Coordenação Setor de Projetos e Forma - CESE
- Fábio Deboni – Diretor de Programas da Aliança Bioversity - CIAT
- Franklin Félix – Coordenação Geral e Articulação da ABONG
- Graciela Hopstein – Consultora e ex-Direção Executiva – Rede Comuá
- Jonathas Azevedo – Direção Executiva – Rede Comuá
- Leonardo Letelier – CEO e fundador da Sitawi-Finanças do Bem
- Luciano Padrão – Consultor
- Marilu Menezes – Coordenação Programática – Fundação Luterana de Diaconia
- Nathalie Beghin – INESC/Foro Latino-americano pela Decolonização da Cooperação
- Sônia Gomes Mota – Direção Executiva - CESE
- Taciana Gouveia – Coordenação do Fundo SAAP – FASE

⁴⁰ Este documento também faz uso de análises e de alguns depoimentos oriundos da sistematização das respostas ao questionário online aplicado às organizações parceiras de PPM no Brasil, no segundo semestre de 2024.



Referências Consultadas

Andion, C.; et al. O investimento social privado no Brasil e o desenvolvimento de capacidades estatais: o caso da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 3, p. 567-590, 2010.

Andrade, P. G.; Pereira, A. C. R. **Por dentro do mapa das OSCs**: Metodologia da base de dados (Versão 2019). N. 26. Brasília: Ipea, Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9490>>. Acesso em: 28 nov. 2024.

Andrade, S. Uma nova geração do investimento social: arranjos institucionais para impacto coletivo. **Artigos GIFE**, v. 1, n. 2, artigo 3, 2019.

Armani, Domingos. O desenvolvimento institucional como condição de sustentabilidade das Ongs no Brasil. In: Brasil. **Aids e sustentabilidade**: sobre as ações das organizações da sociedade civil. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação Nacional de DST e Aids, 2001, p. 17-33.

_____. **Mobilizar para transformar**: a mobilização de recursos nas organizações da sociedade civil. São Paulo: Peirópolis; Recife: Oxfam, 2008.

_____. Organizações da sociedade civil: sustentabilidade e democracia. In: Armani, D.; Pecchio, R.; Santos, R. (Orgs.). **Novos desafios à luta por direitos e democracia no Brasil**: sustentabilidade das organizações da sociedade civil. Recife: Aliança Interage, 2010, p. 45-60.

_____. OSCs no Brasil: a relevância dos atores. In: Armani, D. (Org.). **Organizações da sociedade civil**: protagonismo e sustentabilidade. Recife: Instituto C&A, 2013, p. 3-33.

_____. D. A sustentabilidade da OSCs: a difícil arquitetura da autonomia. In: Mendonça, P.; Alves, M. A.; Nogueira, F. (Orgs.). **Arquitetura Institucional de Apoio às Organizações da Sociedade Civil no Brasil**. São Paulo: FGV, 2013.

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong). **Sustentabilidade das ONGs no Brasil**: acesso a recursos. Rio de Janeiro: Abong, 2010.

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong). **Relatório Criminalização Burocrática**. São Paulo: Abong; Plataforma MROSC, 2024.



Belleguy, B. What should philanthropy do about the US freeze on aid?. **Wings**, 27 fev. 2025. Disponível em: <<https://members.wingsweb.org/news/1156168>>. Acesso em: 01 mar. 2025.

BISC Comunitas. **BISC 2024: Benchmarking do Investimento Social Corporativo**. [S.l.]: BISC Comunitas, 2024. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/14DX8w-VEM-lhthoYzgCWUXR-lc2UN1OUy/view>>. Acesso em: 25 jan. 2025.

Brasil. **Decreto no 8.726, de 27 de abril de 2016**. Regulamenta a Lei no 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil. Brasília: Diário Oficial da União, 2016.

Brasil. **Decreto no 11.948, de 12 de março de 2024**. Altera o Decreto no 8.726, de 27 de abril de 2016, que regulamenta a Lei no 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil. Brasília: Diário Oficial da União, 2024.

Brasil. **Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Revogado pela Lei no 14.133, de 2021. Brasília: Diário Oficial da União, 1993.

Brasil. **Lei no 13.019, de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei no 13.204, de 2015). Brasília: Diário Oficial da União, 2014.

Brasil. **Manual MROSC/DF: Gestão de Parcerias do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil**. Brasília: Secretaria da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais, Subsecretaria de Relações do Trabalho e do Terceiro Setor, 2018. Disponível em: <<https://www.casacivil.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/Manual-MROSC-DF-FINAL.pdf>>.



Acesso em: 28 nov. 2024.

Brasil. **Perfil das Parcerias entre a União e Organizações da Sociedade Civil**. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/dialogos/parcerias/publicacoes/20240923_PERFILDASPARCE-RIASENTREAUNIAOEORGANIZACOESDASOCIEDADECIVIL.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

Brasil. **Plataforma por um novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil**. [S.l.]: Plataforma MROSC, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.plataformaosc.org.br/wp-content/uploads/2011/10/Plataforma-principal.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2024.

Brasil. **Relatório de Avaliação: Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – 854 - Repasses de emendas parlamentares a entidades sem fins lucrativos diretamente pelo Poder Executivo Federal**. Brasília: Controladoria-Geral da União; Secretaria Federal de Controle Interno, 2024b.

Cazumbá, N. O que muda nas parcerias MROSC, com a alteração do Decreto Federal no 8.726/2016. **Escola Aberta do Terceiro Setor**, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.escolaaberta3setor.org.br/sebrades-artigos/o-que-muda-nas-parcerias-mrosc-com-a-alteracao-do-decreto-federal-no-8-726-2016/>>. Acesso em: 28 nov. 2024.

Fundo Agbara; NUPEMN. **Diagnóstico acerca de filantropia e raça no Brasil: do centro das lutas às margens dos recursos**. [S.l.]: Fundo Agbara, 2024. Disponível em: <<https://sinapse.gife.org.br/download/diagnostico-acerca-de-filantropia-e-raca-no-brasil-do-centro-das-lutas-as-margens-dos-recursos>>. Acesso em: 20 jan. 2025.

Girardi B.; Letelier L. A provocação da empatia. **Stanford Social Innovation Review Brasil**, v. 3, n. 10, 2024.

Green, A. Germany plans billions in cuts to development, humanitarian aid. **Devex**, 10 set. 2024. Disponível em: <<https://www.devex.com/news/germany-plans-billions-in-cuts-to-development-humanitarian-aid-108259>>. Acesso em: 01 mar. 2025.

Independent Commission for Aid Impact. **How UK Aid is Spent**. [S.l.]: ICAI, fev. 2025. Disponível em: <<https://icai.independent.gov.uk/review/how-uk-aid-is-spent/review/>>. Acesso em: 01 mar. 2025.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). **Boletim de Análise Político- Ins-**



titucional: Organizações da Sociedade Civil no Brasil. N. 20. Rio de Janeiro: Ipea, jun. 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9404>>. Acesso em: 28 nov. 2024.

Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS). **Perspectivas para a filantropia no Brasil:** 2025. [S.l.]: IDIS, 2025.

Jansen, A.; Landim, L. **Marchas e contramarchas da cooperação:** a parceria ICCO-FASE (1983-2010) - uma reflexão. Rio de Janeiro: Fase, 2011.

Leichsenring, A. R.; et al. **Marco regulatório das organizações da sociedade civil:** avanços e desafios. Brasília: FGV, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/items/54ce03a9-f912-424f-8333-9a3fc48aa787>>. Acesso em: 28 nov. 2024.

Lindsay, D. Trump's DEI Order Takes Aim at the Biggest Foundations. Here Are the 346 That Could Face a Probe. **The Chronicle of Philanthropy**, 27 fev. 2025. Disponível em: <<https://www.philanthropy.com/article/these-346-foundations-are-candidates-for-a-trump-dei-investigation>>. Acesso em: 01 mar. 2025.

Lopez, F. G. **Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil.** Rio de Janeiro: Ipea, 2018. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/180607_livro_perfil_das_organizacoes_da_sociedade_civil_no_brasil.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

Manzoni, M.; Tanaka, S. **Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Organizações da Sociedade Civil – Noruega.** [S.l.]: Processo de Articulação e Diálogo – PAD, 2022.

Mathias, A. L. T. C.; Santos, P. S. Investimento social privado e negócios de impacto: possibilidades de apoio ao setor de impacto no Brasil. **Artigos GIFE**, v. 1, n. 1, artigo 4, 2019.

Marengo, J. A. **Características e variabilidade espaço-temporal do orçamento hídrico da bacia do rio Amazonas.** [S.l.: s.n., s.d.].

Mello, J.; Pereira, A. C. R.; Andrade, P. G. **Afinal, o que os dados mostram sobre a atuação das ONGs?:** análise de transferências federais e projetos executados pelas organizações da sociedade civil no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9331>>. Acesso em: 28 nov. 2024.



Minas Gerais. **Entendendo a Lei Federal nº13.019/14**: Perguntas e respostas. Belo Horizonte: Secretaria de Governo, [s.d.]. Disponível em: <<https://mpce.mp.br/wp-content/uploads/2022/07/Entendendo-a-Lei-13.019-1.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2024.

Missika, B. Além da confiança: como a filantropia deve avançar em direção a um financiamento mais flexível para maximizar o impacto. **Rede Comuá**, 03 dez. 2024. Disponível em: <<https://redecomua.org.br/alem-da-confianca-como-a-filantropia-deve-avancar-em-direcao-a-um-financiamento-mais-flexivel-para-maximizar-o-impacto/>>. Acesso em: 20 jan. 2025.

Pecchio, R.; Armani, D. (orgs.). **Novos desafios à luta por direitos e democracia no Brasil. Recife**: Aliança Interage, 2010.

Pessina, M. E. H. **O não governamental na cooperação internacional para o desenvolvimento após 1990**: entre as circunstâncias e as peculiaridades do caso alemão. Salvador: EDUFBA, 2017.

Pessina, M. E. H.; et al. Cooperação internacional para o desenvolvimento: a agenda de gênero e mudanças climáticas da Alemanha e do Reino Unido na Amazônia brasileira. **Cadernos do CEAS**, Salvador/Recife, v. 49, n. 261, p. 27-48, jan./abr. 2024, p. 30.

PIPE.SOCIAL; QUINTESSA. **Mapa de Negócios de Impacto Socioambiental 2023**. [S.l.]: PIPE.SOCIAL; QUINTESSA, 2023. Disponível em: <https://mapa2023.pipelabo.com/MAPA_DE_IMPACTO_2023.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2025.

Rede de Filantropia para a Justiça Social. **Destaques do mapeamento de organizações independentes doadoras nas áreas de justiça social e desenvolvimento comunitário no Brasil**: Principais Achados (KEYFACTS). [S.l.]: Rede de Filantropia para a Justiça Social, 2023. Disponível em: <<https://redecomua.org.br/wp-content/uploads/2023/03/Destaques-do-mapeamento-de-organizacoes-independentes-doadoras-nas-areas-de-justica-social-e-desenvolvimento-comunitario-no-Brasil-Principais-Achados.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2024.

Rio de Janeiro. **Manual do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC**: Lei 13.019 - Perguntas mais frequentes. Rio de Janeiro: Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <<https://pge.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MzAxMw%2C%2C>>. Acesso em: 28 nov. 2024.

Roure, Mônica De. **COLABORA**, Artigo, ODS 17 • Publicada em 6 de fevereiro de



2025: <https://projetocolabora.com.br/ods17/complexidades-do-brasil-demandam-uma-filantropia-mais-ousada/> Acesso em 07 mar 2025.

Silva, A. A.; Hopstein, G. A descolonização da filantropia está avançando? **Rede Comuá**, 10 nov. 2022. Disponível em: <<https://redecomua.org.br/a-descolonizacao-da-filantropia-esta-avancando/>>. Acesso em: 20 jan. 2025.

Silva, P. K. (Coord.). **Censo GIFE 2022-2023**. São Paulo: GIFE, 2023.

Silva, P. K. (Coord.). **Olhares do ISP: reflexões e análises do setor à luz do censo** GIFE. São Paulo: GIFE, 2024.

Sitawi. **Famílias de Alto Patrimônio no Brasil: Investimento de Impacto e Filantropia**. [S.l.]: Sitawi, 2024. Disponível em: <<https://sitawi.net/familias-de-alto-patrimonio-no-brasil-investimento-de-impacto-e-filantropia/>>. Acesso em: 20 jan. 2025.

The Reality of Aid Network. **The Reality of AID Network Report 2023: 30 years of amplifying southern voices**. Philippines: The Reality of Aid Network, 2024.

Thoenig, J.C.; Duran, G. A filantropia em transformação: a gestão das fundações no Brasil. In: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). **As fundações privadas e a parceria com o setor público: a experiência internacional**. Rio de Janeiro: BNDES, 1996, p. 97-114.

Toni, A. A trajetória da cooperação internacional no Brasil. **LE MONDE Diplomatique Brasil**, 03 jan. 2020. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-trajetoria-da-cooperacao-internacional-no-brasil/>>. Acesso em: 10 fev. 2025.